

PB

PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO 62
SET/OUT 2025

#488

EDUCAÇÃO AVANÇA,
PRODUTIVIDADE PATINA

A NOVA ORDEM DAS
PRAIAS BRASILEIRAS

ENTREVISTA

Izabella Teixeira

"Negociações são feitas pelos governos,
a ação é realizada por todos."

HISTÓRIA

Vladimir Herzog

Há 50 anos, morte de jornalista marcou
o recrudescimento da ditadura

De quem é a COP30?

À ESPERA DO PROMETIDO LEGADO,
BELÉM SE DIVIDE ENTRE O
OTIMISMO E O PRAGMATISMO

R\$34,90



9 770101 426016 00488



TREINAMENTOS CUSTOMIZADOS PARA EMPRESAS

Desenvolva sua equipe e **impulsione os resultados** de forma estratégica com cursos presenciais e a distância.

QUER SABER?
SENAC!



Saiba mais em:
sp.senac.br/corporativo



ATENDIMENTO
CORPORATIVO

PUBLICAÇÕES

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO INTEGRADA Demian Russo

DIRETORES CRIATIVOS Clara Voegeli e Demian Russo

EDITOR Lucas Mota MTB 46.597/SP

SUBEDITORA Dimalice Nunes

REVISÃO Flávia Marques

DIRETORA DE ARTE Carolina Lusser

EDITORES DE ARTE Paula Seco,
Joélson Buggilla e Alberto Lins

DESIGNERS Annima de Mattos, Débora Faria,
Jônia Caon e Priscila Gonzaga

PROJETO GRÁFICO Paula Seco

CAPA Joélson Buggilla

COLABORAM NESTA EDIÇÃO Agência BORI, Antonio
Lanzana, Caio Magri, Carol Castro, Gilmara Santos,
Gustavo Rossetti Viana, Herbert Carvalho, Jean Galvão,
João Paulo Guimarães, Juliana Rangel, Leandro Garcia,
Luciana Alvarez, Moura Leite Netto, Nanci Vieira, Pâmela
Brito, Patrícia Garrido, Paulo Delgado e Vinicius Mendes

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Maria Izabel Collor de Mello

CONSULTORIA DE CONTEÚDO André Rocha

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade
de seus autores e não refletem a opinião da PB.
A publicação tem como objetivo privilegiar a pluralidade
de ideias acerca de assuntos relevantes da atualidade.

revistapb.com.br

FALE COM A GENTE
publicacoes@fecomercio.com.br

IMPRESSÃO Eskenazi



PB | #488

*Desde quando foi oficialmente
anunciada como sede da COP30,
Belém do Pará passa pelos escrutínios
nacional e internacional, enquanto as
críticas às condições da cidade para
receber um evento desse porte se
acumulam. Às vésperas do evento, o
que se tem nas ruas é uma população
dividida entre o otimismo — com as
oportunidades proporcionadas pelas
mais de 50 mil pessoas esperadas —,
o pragmatismo de quem vê obras de
infraestrutura em evolução (embora
lenta) e o anseio das vozes locais que
esperam o espaço prometido, mas não
totalmente garantido.*

 revistapb.com.br

 Revista Problemas Brasileiros

 @pbrevista

 @canalUMBASIL

A FecomercioSP acredita que a informação aprofundada
é um instrumento fundamental de qualificação do
debate público sobre assuntos importantes — não só
para a classe empresarial, como também para toda
a sociedade. É nesse sentido que a Entidade publica,
bimestralmente, a Revista **Problemas Brasileiros**.



CASA
BALAIO

Mais que um espaço.
Um compromisso.

Conecte sua marca
à agenda climática
com raízes locais
e impacto global.



casabalaio.com.br
@casabalaio

REALIZAÇÃO

ALTER

Jambo

IPAM
Amazônia

PATROCÍNIO

APOIO INSTITUCIONAL

ABERJE
Capítulo Amazônia

FUTURE CLIMATE
GROUP

APOIO DE MÍDIA

plurale
em revista

REVISTA PB



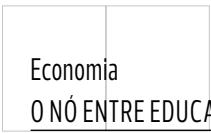
8 Entrevista
IZABELLA TEIXEIRA: “HÁ UMA EVOLUÇÃO DA DISCUSSÃO CLIMÁTICA, INCLUSIVE FORA DO SISTEMA MULTILATERAL”



12 Capa
BELÉM À ESPERA DA COP30



16 Economia
O NÓ ENTRE EDUCAÇÃO E PRODUTIVIDADE



22 Artigo
“EFEITOS DO TARIFAÇO DE TRUMP”,
POR ANTONIO LANZANA



23 Artigo
“DESCUIDADA E ZOMBETEIRA CONJUNTURA”,
POR PAULO DELGADO

26 Notas
SITE PB E OUTROS DESTAQUES



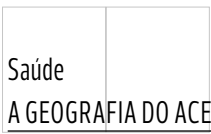
28 Sociedade
DE QUEM SÃO AS PRAIAS BRASILEIRAS?



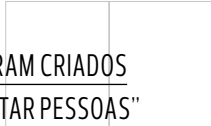
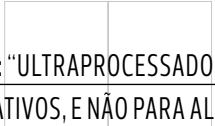
32 Artigo
“INDÚSTRIA VERDE DEPENDE DE AÇÃO
POLÍTICA IMEDIATA”, POR AGÊNCIA BORI



34 Saúde
A GEOGRAFIA DO ACESSO À COMIDA SAUDÁVEL



38 7 perguntas
CARLOS MONTEIRO: “ULTRAPROCESSADOS FORAM CRIADOS
PARA SEREM LUCRATIVOS, E NÃO PARA ALIMENTAR PESSOAS”



40 Artigo
“DIÁLOGOS IMPROVÁVEIS”, POR
CAIO MAGRI E PATRÍCIA GARRIDO

42 PB indica
PARA LER, OUVIR E SABOREAR

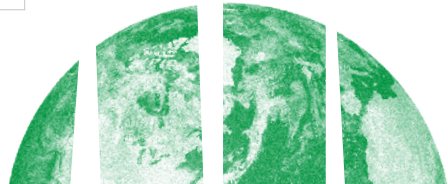


43 Artigo
“VOCÊ JÁ RECEBEU UMA CARTA?”,
POR LEANDRO GARCIA

44 História
VLADO E OS PORÕES DA DITADURA



46 Charge
COP30



Legado incerto

Às vésperas da realização da 30ª Conferência sobre Mudanças Climáticas (COP30) da Organização das Nações Unidas (ONU), a cidade de Belém do Pará — sede do megaevento de repercussão planetária —, está dividida entre as expectativas geradas pelo afluxo esperado de mais de 50 mil pessoas, vindas de todas as partes do globo terrestre, e as limitações de uma infraestrutura urbana que permanece precária, apesar das obras destinadas a tentar superar esses obstáculos, que avançam em ritmo lento.

Para dialogar com o suplemento que acompanha esta edição, totalmente dedicado às esperanças depositadas na COP30 para enfrentar a crise climática mundial, nossa matéria de capa faz um resumo dos preparativos da capital paraense para se tornar, em novembro, o palco dos debates sobre transição energética e redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

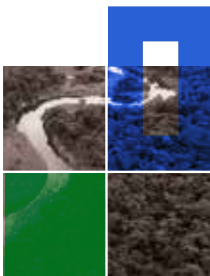
Qual será a diferença entre o legado anunciado e aquele que efetivamente ficará para a população? Poderão falar e serão de fato ouvidas as vozes locais que expressam anseios ancestrais dos povos amazônicos? Nas páginas que seguem, **Problemas Brasileiros** busca respostas para essas questões.

Outro conteúdo relevante analisa a relação entre educação e produtividade. Na reportagem, mostramos que o número de brasileiros com o ensino superior completo quase triplicou nos últimos 20 anos. Essa explosão de diplomas, porém, não trouxe em seu bojo a expansão proporcional esperada para a produtividade, cujos índices seguem estagnados.

Nos últimos 40 anos, a taxa média de expansão do rendimento do trabalhador brasileiro foi de 0,6% ao ano, uma das mais baixas do mundo, segundo estudos do Observatório da Produtividade da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Isso acontece porque, apesar de essencial, só a educação não basta. Diversos fatores entrelaçados influenciam o indicador, e quando o elo mais fraco arrebenta, ninguém consegue puxar o País para cima.

ABRAM SZAJMAN,

presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), entidade gestora do Sesc-SP e do Senac-SP



CLIMA TRANSNACIONAL

entrevista VINÍCIUS MENDES
edição de texto DIMALICE NUNES

NÃO HÁ FRONTEIRAS PARA A AGENDA CLIMÁTICA. NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS, A PAUTA CHEGOU AO CENTRO DAS DISCUSSÕES DOS PRINCIPAIS BLOCOS ECONÔMICOS E POLÍTICOS DO MUNDO. MESMO QUANDO A PALAVRA “CLIMA” É EVITADA POR QUESTÕES POLÍTICAS, TEMAS LIGADOS À TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E AOS IMPACTOS DO AUMENTO DA TEMPERATURA GLOBAL PARA O COTIDIANO SEGUEM PRESENTES NAS NEGOCIAÇÕES. A AVALIAÇÃO É DE **IZABELLA TEIXEIRA**, EX-MINISTRA DO MEIO AMBIENTE E CONSELHEIRA CONSULTIVA INTERNACIONAL DO CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (CEBRI). ÀS VÉSPERAS DE O BRASIL SEDIAR A 30ª CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (COP30), IZABELLA ACREDITA QUE O AVANÇO PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL SÓ VIRÁ COM REAL INTERLOCUÇÃO E COMPROMISSOS ASSUMIDOS PELA SOCIEDADE COMO UM TODO — GOVERNOS, SETOR PRODUTIVO E POPULAÇÃO.

Foto: UM BRASIL

O aumento da temperatura média do planeta em 1,5 °C, antes esperado para 2030, já aconteceu em 2024. Há algo que possa ser feito para evitar a catástrofe?

O aquecimento é fruto de um processo cumulativo do passado que chegou até nós. Pela ciência, 1,5°C é o limite que nos deixa mais vulneráveis. Outra questão é o olhar para o futuro e ver se teremos capacidade de olhar para as emissões e sermos mais ambiciosos para mudar a curva do aquecimento global. Vamos viver dois momentos. Um de transição, provocado pelas dúvidas associadas a esse aquecimento do planeta e à ruptura da barreira de 1,5 °C — porque os modelos climáticos são importantes, cada vez mais precisos, mas não conseguem descrever todos os fenômenos associados. O outro é saber como vamos mitigar os efeitos futuros, emitir menos e retirar o carbono da atmosfera. Aqui, há um aspecto interessante: podemos investir em sumidouros de carbono e amenizar a incerteza no futuro, tornando-nos menos vulneráveis. Temos de partir para a adaptação, para um processo de resiliência. Não se trata de uma adequação trivial, pois o aquecimento global não é simétrico, não é homogêneo, e acontece de maneira incerta em todo o mundo. Vamos ter de gastar dinheiro para lidar com o risco climático, com mais ondas calor e eventos extremos, inundações. Estaremos expostos a essa vulnerabilidade, o que exige preparo de infraestrutura, com os custos financeiros associados. Isto é, a sociedade terá não só de debater seriamente uma missão de futuro, como também lidar com o seu presente em função do aquecimento global.

Qual é a sua expectativa para a COP30 no Brasil?

Sou muito otimista, mas também pragmática. Se olharmos numa trajetória, a COP30 significa os dez anos do Acordo de Paris e o tracionamento de 196 países — agora, sem os Estados Unidos — no engajamento para lidar com a questão climática. Sob esse aspecto, acredito que o Acordo de Paris seja bem-sucedido, porque, querendo ou não, o que vimos na última década foi uma evolução da discussão climática, inclusive fora do sistema multilateral. Não há grupo no mundo — G7, G20, Brics+, Asean [*Associação de Nações do Sudeste Asiático*] — que não discuta a questão climática. Pode até não haver, como recentemente nas reuniões em Washington, o uso da palavra “clima”, por causa das restrições dos Estados Unidos, mas todos estão lidando, sim, mais ou menos, com o problema. Há o ganho de que é, de fato, um tema global. O desafio inicial, de sair da bolha da ciência, da bolha ambiental, foi superado e, hoje, é debatido na geopolítica internacional. O risco climático faz parte disso e também das novas tensões geopolíticas, porque as soluções climáticas passam por inovação, tecnologia e recursos naturais. E essas soluções estão modeladas em dois conceitos: eletrificação e descarbonização. São caminhos os quais mundo já tomou a decisão de adotar e parecem irreversíveis. O que não quer dizer que o ritmo de implementação seja na magnitude que precisamos. A COP no Brasil é a chave para os próximos dez anos da agenda climática, dentro e fora do sistema multilateral, para a cooperação internacional e para a compreensão de como que os países vão se mexer para além das negociações. Como definiu o presidente da COP30, André Corrêa do Lago, é uma COP de implementação, de ação com base na agenda adotada na COP26, em Glasgow, com mais de 400 medidas. As negociações são feitas pelos governos, a ação é realizada por todos.

Como efetivar esse pacto num país onde ambientalistas e produtores rurais ainda estão em polos antagônicos?

Não dá para existir uma conversa somente com a área Ambiental. Sou ex-ministra do Meio Ambiente e sei o que estou dizendo. É impossível tomar decisões sobre a questão climática, com a envergadura que ela tem hoje, sem outros ministros, outros atores econômicos e sociais na sala. É preciso saber ouvir as pessoas. E não se trata de *advocacy*, mas de defender o meu posicionamento, entender o que você quer e analisarmos como chegar a uma terceira posição, do que é possível fazer para que eu saia de onde estou e me movimente na direção certa. Há alguns tópicos muito interessantes nesse debate. Primeiro, não se limita ao segmento ambiental. Segundo, é preciso entender que, se o Brasil é um país vocacionado para o uso da terra como atividade econômica, precisa conciliar o capital natural com o capital de carbono. Então, quando se tem uma Agricultura que é a chave para a segurança alimentar do mundo, para soluções de segurança energética (com os biocombustíveis) e para a mineração, ela precisa também ser crucial para a natureza. É necessário produzir mantendo a natureza viva. Em meio a isso, temos de parar de movimentar o passado — e, portanto, que o desmatamento saia da equação, uma vez que isso não é atividade econômica, mas crime. Qual é a competência do Estado para lidar com essa variável, que se soma às drogas, às armas, ao garimpo ilegal, ao contrabando? É complexo e exige um pacto no qual todo mundo concorde que não deve haver mais desmatamento.

Isso é possível?

O Brasil dispõe de cerca de 220 milhões de hectares de vegetação nativa, de capital natural, sob o domínio do setor privado. E mais de 300 milhões de hectares sob o domínio do setor público, em terras não destinadas, Unidades de Conservação (UCs) e parques nacionais. Interessa que o capital natural de propriedade privada se mantenha em pé — porém é preciso fazer uma monetização desse capital privado. Mas não que isso venha do dinheiro público; é preciso uma nova lógica de negócio. É necessário usar inteligência para mobilizar as pessoas e remunerá-las por aquilo que elas protegem. “Ah, então vamos

fazer bioeconomia.” Ótimo, mas onde está a infraestrutura e a logística para obter escala? Como o produto vai chegar ao mercado consumidor? Não se trata de desenvolvimentismo, mas de desenvolvimento sustentável, inclusivo, justo, verde e ecológico. O Brasil não discute estrutura logística do ponto de vista estratégico, apenas pontualmente. Se há ambição com a economia, com o desenvolvimento, é preciso ser estratégico em uma formulação de como resolver os problemas de acordo com as soluções postas à mesa. Construir caminhos num país assimétrico requer pactuar, pelo menos, a transição e definir como é que se sai de um ponto para se chegar a outro. A questão climática demanda um olhar que não seja apenas o de defender sua posição; é necessário, primeiro, estabelecer um pacto. Temos um problema na sala? Sim. A questão climática é um problema.

Você tem falado muito sobre a falta de capacidade de mobilização em torno da COP30. Por quê?

É um assunto muito complexo. Não a COP, mas a questão climática. É um tema que se apresentou progressivamente, mas operava em bolhas. Era algo para acontecer no futuro — e hoje é a realidade, a qual vem acompanhada de um discurso de tragédia. Ninguém se mobiliza por tragédia. Trata-se de um assunto que vai mudar as nossas vidas: a maneira como comemos, nos vestimos, nos relacionamos, nos movimentamos. Estamos numa mudança de mentalidade sobre a relação do homem com a natureza, é um tema global. O Brasil tem interesses importantes não somente como sede da COP, mas na eletrificação e na descarbonização, que são estratégias para o desenvolvimento. Não é só sobre adaptação às inundações, às catástrofes, mas sobre modelos de negócio — e o setor privado brasileiro começa a se mexer, sim. Muitas empresas querem saber como essas equações de investimentos vão passar pelos seus setores.

Por outro lado, há a distância da sociedade de entender os instrumentos, a linguagem governamental. NDC, métricas, tonelada de CO₂ equivalente, isso tudo é palavrão. É preciso capacidade de mobilizar as pessoas, e por isso não gosto do tom de tragédia. É preciso saber dizer: “Olha, isso aqui vai começar a ser diferente na sua vida”. Por isso a transição é tão importante, pois representa o tempo necessário não só para ter ambição, implementar projetos, mas, também, para mudar a mentalidade da sociedade. Quero ver brasileiro comendo carne sem desmatamento. Não preciso que Pierre na França compre, mas que Pedro compre. Se ele comprar carne sem desmatamento, vai entender que é um ator de transformação. Se não falarmos a linguagem das pessoas, vamos continuar operando em bolhas, nos pequenos poderes. Mas todos são vítimas. É preciso tratar desse tema de outro jeito, porque não acredito em pessoas que queiram viver a política com base em problemas, perpetuando o modelo que nós trouxe até aqui, com ganhos e perdas. Só que, para lidar com a era climática, com a era de inovação tecnológica — a chamada era biológica —, é preciso querer mais do Brasil, e teremos de ser mais responsáveis pelo País.

&



ASSISTA À ENTREVISTA
NA ÍNTEGRA NO
CANAL UM BRASIL
POR ESTE CÓDIGO QR



QUERENDO OU NÃO, O QUE VIMOS
NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS FOI
UMA EVOLUÇÃO DA DISCUSSÃO
CLIMÁTICA, INCLUSIVE FORA
DO SISTEMA MULTILATERAL.

A BELÉM DA COP30

texto JOÃO PAULO GUIMARÃES

A 30ª Conferência sobre Mudanças Climáticas (COP30) da Organização das Nações Unidas (ONU) promete ser histórica — e carrega consigo responsabilidades em todos os sentidos. Isso, porque, pela primeira vez, a Conferência acontecerá no coração da Amazônia. Belém vai receber o evento num momento em que os olhos do mundo se voltam para os povos que protegem a floresta. Indígenas, quilombolas, ribeirinhos e comunidades tradicionais — os que mais sentem as consequências do aquecimento global — buscam espaço ao lado de gigantes da economia, muitos deles com atividades que degradam o meio ambiente, como mineração e petróleo.

A confirmação da capital do Pará como sede da COP30, ainda em 2023, veio acompanhada de uma enxurrada de críticas que pouco tinham a ver com essa aparente contradição, mas que estavam relacionadas à infraestrutura urbana. Agora, às vésperas do evento, o julgamento referente aos investimentos não realizados em infraestrutura e dificuldades de hospedagem só se intensifica. Em junho, nas Reuniões Climáticas de Meio de Ano, espécie de pré-COP que aconteceu em Bonn, na Alemanha, representantes da sociedade civil e negociadores de vários países bombardearam a presidência brasileira da conferência com questionamentos sobre as opções de hospedagem. Também na Alemanha, a sul-africana Tasneem Essop, diretora-executiva da Climate Action Network, a maior rede internacional de coletivos socioambientais, protestou: “Esperamos tanto por esse evento. Pensávamos que seria a COP do provo, mas não poderemos ir”. Ela disse temer que o custo e a falta de lugares para hospedar os participantes levem a ONU a reduzir o número de pessoas credenciadas e que empresas privadas dominem o encontro.

A resposta de André Corrêa do Lago, presidente da COP30, veio em quatro cartas públicas dirigidas à comunidade internacional — uma defesa pela escolha da cidade para sediar o evento e a garantia de que, apesar das críticas, a Conferência está confirmada. Na primeira carta, Lago explica que a escolha de Belém simboliza a conexão direta com um dos ecossistemas mais críticos para o combate às mudanças climáticas, reforçando o compromisso com a preservação da floresta e a integração dos conhecimentos tradicionais dos povos locais. Na quarta manifestação, publicada em junho, reforça que a cidade será palco de ações transformadoras, conectando a COP às realidades locais e aos desafios da Amazônia. Lago não cita explicitamente a polêmica envolvendo o setor hoteleiro ou prazos do governo paraense para a entrega de obras, como o complexo de hotéis da Vila COP30, prevista somente para novembro, mês do evento.

A polêmica seguiu. Em julho, 25 países assinaram uma carta sugerindo que o evento aconteça, pelo menos em parte, em outra cidade. Isso se os preços exorbitantes de hospedagem não forem resolvidos. A resposta de Lago, desta vez, veio num evento da Associação de Correspondentes Estrangeiros (AIE). Segundo o embaixador, a rede hoteleira de Belém tem praticado preços dez vezes mais altos que o normal. “Os hotéis não se dão conta da crise que estão provocando”, afirmou, garantindo que há um esforço do governo para baixar os valores. Como a legislação brasileira não permite impor limites às tarifas, a única opção é o diálogo. Por enquanto, a cúpula da COP30 garante que não há possibilidade de o evento, ou parte dele, acontecer fora do Pará. “Vai ser em Belém. O Plano B é ‘B’ de Belém”, afirmou Lago, em audiência na Câmara dos Deputados.

ESTRUTURA PARA QUEM?

Com um padrão AA+ e AA, direcionado a acomodar líderes de governo de vários países, a Vila COP30 começou a ser construída em janeiro, orçada em quase R\$ 195 milhões. Serão cinco torres com 405 suítes, além de um bloco central de serviços para o conforto das delegações dos países convidados.

Além desse empreendimento, outros contratos estão sendo firmados para garantir a hospedagem dos mais de 50 mil visitantes aguardados. O Governo do Estado do Pará assinou, em setembro de 2024, a construção de um luxuoso hotel no antigo prédio da Receita Federal, no centro da cidade, ao lado da Estação das Docas e a menos de um quilômetro do Mercado Ver-o-Peso, principal cartão postal da capital paraense. O prédio de 18 andares, com 2.709 metros quadrados — que foi consumido por um incêndio em 2012 —, estava sem uso e foi cedido ao Estado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). O governo estadual terá participação nos lucros do hotel, de 2% do valor arrecadado, pelos próximos 30 anos.

Também em setembro do ano passado, o ministro das Cidades, Jader Filho, esteve no Palácio dos Despachos, em Belém, ao lado do governador (e irmão) Helder Barbalho, anunciando investimentos de mais de R\$ 1 bilhão em obras. Durante o evento, o ministro apresentou o projeto da Orla do Distrito de Icoaraci, que inclui a construção do Terminal Turístico de Icoaraci, avaliado em R\$ 8.767.858,10, com previsão de entrega em agosto de 2025, e a reforma do Ver-o-Peso, que já está passando por obras.

A reportagem da Revista **Problemas Brasileiros (PB)** percorreu a região em busca das melhorias anunciadas. Diante das diversas placas que divulgam investimentos e progressos no local, Marcelo Arthur, de 19 anos, filho de um artesão das olarias do Paracuri, no Distrito de Icoaraci, vê na COP30 a esperança de crescimento para a comunidade. “Penso muito no trabalho, nos turistas que podem vir visitar e espalhar nossa arte, nossa cultura da cerâmica”, diz o jovem. Socorro Gaia, de 60 anos, artesã do Paracuri, é mais cética. “Foi anunciado, mas até agora não teve nada. Não fomos convocados



para qualquer reunião sobre o assunto”, relata. Quanto ao evento, o olhar é pragmático. “É sobre melhorar algo da Amazônia, do clima amazônico. Para o Turismo, vai ser muito bom. Vai vir gente de muitos países e pode aumentar nossas vendas”, acredita. Rosilene Trindade, 47 anos, mestre artesã que atua há 30 anos no local, participou do cadastramento realizado pelo governo estadual para a revitalização da área. “Fizeram o cadastramento de todos os artesãos e trabalhadores de alimentação. Disseram que era para aguardar, mas, até agora, nada. Não falaram se seria antes ou depois da COP”, conta. Rosilene demonstra conhecimento e otimismo sobre a importância do evento. “É um movimento ambiental mundial, em que cada país discute suas particularidades. Toda reunião para o bem é válida”, finaliza.

O saneamento básico é outro ponto de atenção e crítica na cidade-sede da COP30. De acordo com dados do Instituto Trata Brasil, embora 95,5% da população tenha acesso à água tratada, apenas entre 15% e 19% dos domicílios estão ligados à rede de coleta de esgoto. O índice de tratamento chega a apenas 2,4%, colocando Belém entre as seis capitais com pior desempenho nacional nesse quesito. O governo estadual paraense prometeu uma rede de saneamento básico e macrodrenagem de canais, avaliada em R\$ 124.058.189,46, que inclui o canal da Rua Gentil Bittencourt, na Bacia do Tucunduba, no centro de Belém. Há ainda a reforma do canal da Avenida Almirante Tamandaré e a construção do parque linear, no valor de R\$ 156.936.600,47, e reparos do canal da Avenida Visconde de Souza Franco, conhecida como Doca,

também com parque linear, avaliados em R\$ 115.780.199,84. Procurado, o governo não se pronunciou sobre o andamento dessas obras e se estas serão concluídas até a COP30.

IMPULSO ECONÔMICO

A COP30 não é um ponto de chegada, mas de partida, opina o jornalista paraense Jorge Bentes, com experiência em diversas emissoras de televisão e em cobertura de grandes eventos internacionais. “O assunto ‘clima e sustentabilidade’ nunca mais vai sair de moda. Ou a gente debate isso, ou caminharemos para um abismo”, argumenta. Bentes acredita que Belém carrega um simbolismo poderoso. “Somos uma capital que é berço de soluções para o equilíbrio climático”, ressaltando que o evento marca um *rebranding* da cidade. “Assim como o Rio de Janeiro não tinha estrutura pronta para as Olimpíadas e as cidades da Copa precisaram se adaptar, Belém também está nesse processo”, defende, alertando para as comparações com o Círio de Nazaré, grande evento de natureza religiosa que acontece na capital. “No Círio, recebemos 2 milhões de pessoas. As famílias abrem suas casas, os visitantes vêm para curtir e hospedam-se de forma improvisada. Para a Conferência, precisamos de 50 mil a 52 mil leitos, porque os participantes exigem hospedagem individual. São diplomatas, executivos e profissionais que vão trabalhar”, compara. Sobre o preconceito, dispara: “É real e acontece em diferentes níveis. A mídia nacional foi forçada a olhar para cá, e muitos estão descobrindo agora problemas que são resultado de séculos de exploração. É a primeira vez, desde o ciclo da borracha, que a cidade recebe investimentos dessa magnitude”.

Com a previsão de mais de 50 mil pessoas em Belém durante a COP, o governo do Pará lançou uma campanha para incentivar a população a oferecer imóveis para aluguel de curta temporada. O material oficial da Secretaria de Turismo (Setur) apresenta a proposta como uma oportunidade de geração de renda e bons negócios. A ideia é que os moradores se cadastrem como anfitriões em plataformas online, oferecendo casas, apartamentos e até cômodos. Tony Santiago, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Pará (Abih-PA), está otimista quanto ao preparo do setor hoteleiro. “A grande maioria dos hotéis investiu recursos próprios em obras de retrofit e novas unidades. São oito hotéis em construção, incluindo duas redes internacionais”, detalha. O dirigente, que reconhece a concorrência natural de outras regiões, afirma ser compreensível o desejo de Estados mais desenvolvidos sediarem um evento como esse, mas rebate as acusações de abuso nos preços, feitas principalmente por entidades da sociedade civil. “O Governo do Estado está realizando grandes obras, melhorando a infraestrutura. Fizemos

“NÃO TEMOS DINHEIRO PARA HOTEL E PASSAGEM. MORO NO PARÁ E SÃO TRÊS DIAS DE BARCO. A AMAZÔNIA É GRANDE E QUEM VEM DE LONGE ACHA QUE ESTAMOS PARTICIPANDO, MAS NÃO ESTAMOS.”

ALESSANDRA KORAP MUNDURUKU,
liderança indígena

um estudo comparativo com a última COP, realizada em Baku, no Azerbaijão, e os preços estão alinhados. A diferença é que lá existiam mais opções. Houve uma alta inicial, mas os preços já estão caindo e garantimos tarifas subsidiadas para delegados, cumprindo o nosso papel”, reforça.

Em julho, a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) notificou a rede hoteleira da cidade solicitando esclarecimentos acerca das tarifas cobradas. Os hotéis devem fornecer informações sobre a categorização oficial, o cadastro no Ministério do Turismo, o total de acomodações disponíveis e o histórico de preços das diárias entre 2019 e 2024. Elizabete Grunvald, presidente da Associação Comercial do Pará (ACP), acredita que a realização da COP30 em Belém representa uma oportunidade histórica para reposicionar o Estado (e a Amazônia) no cenário mundial. “A cidade está se preparando com um grande esforço conjunto dos governos federal, estadual e municipal, das entidades empresariais e da sociedade civil”, garante. Segundo ela, os efeitos já são percebidos. “O município está vivendo os resultados positivos pré-COP30, com o crescimento do turismo, da gastronomia e de eventos corporativos”, destaca. Ainda assim, a dirigente reconhece que a rede hoteleira atual não comporta, sozinha, a demanda e, por isso, já estão em andamento novos empreendimentos, além da locação de dois navios transatlânticos para funcionarem como hotéis flutuantes. Também estão previstas a utilização de hotéis de trânsito das Forças Armadas e a adaptação de universidades e escolas para acolher parte dos visitantes.

Dúvidas a respeito da hospedagem durante a COP30 afetam até mesmo as bolsas internacionais de financiamento para jornalistas *freelancers*. Um exemplo é a Climate Change Media Partnership COP30 Reporting Fellowship, bolsa voltada para profissionais da imprensa que cobrirão o evento. No formulário de inscrição, a organização incluiu a seguinte pergunta: “Em razão das incertezas sobre a hospedagem durante a COP, é possível que os bolsistas sejam solicitados

a dividir um quarto com até três outros colegas do mesmo gênero. Por favor, informe-nos se há algum motivo pelo qual você se sentiria desconfortável em compartilhar o quarto”.

AMAZÔNIDAS EM SEGUNDO PLANO

A **PB** também conversou com uma das principais lideranças indígenas do mundo: Alessandra Korap Munduruku, ativista socioambiental e uma das seis vencedoras do Prêmio Ambiental Goldman, conhecido como o Nobel do Meio Ambiente. Num desabafo, ela fala sobre o que é ser uma voz que lideranças globais ignoram quando se trata de mudar, na prática, o olhar sobre a Amazônia. “A gente está gritando, mas ninguém escuta”, enfatiza, acrescentando que os povos da floresta continuam silenciados, mesmo quando o mundo discute, no território dessas pessoas, as mudanças climáticas. “Não estamos conseguindo apoio do governo federal. Quando falamos de clima, de defesa do território, não temos espaço. E mesmo com a COP acontecendo aqui no Brasil, a gente continua invisível”, acusa.

Alessandra também critica a exclusão dos povos originários dos debates globais e nacionais. “Não temos dinheiro para pagar hotel, para pagar passagem e chegar até Belém. Moro no Pará, são dois dias por terra, três por barco. É distante e caro. A Amazônia é grande e quem vem de mais longe acha que estamos participando, mas não estamos. Nós não temos voz, mas temos o grito para falar que estamos aqui — e sofrendo”, conclui.

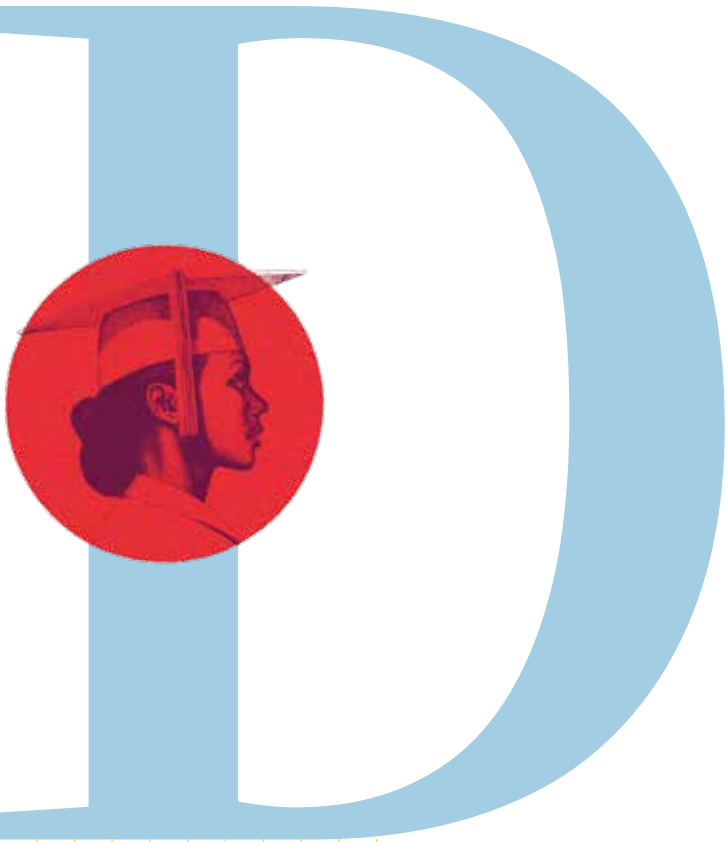
Em nota, a Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República pontua que sediar a COP é uma oportunidade para que o Pará e o Brasil possam se tornar protagonistas do debate sobre o clima, propondo alternativas de desenvolvimento sustentável que respeitem a Amazônia e seus povos. A nota afirma, ainda, que para preparar Belém para sediar o encontro, mais de 30 obras estruturantes estão sendo conduzidas na esfera do governo estadual, com investimentos da ordem R\$ 4,5 bilhões, voltados para desenvolvimento urbano, mobilidade e macrodrenagem. “Esses investimentos vão deixar um legado que vai melhorar a qualidade de vida da população e criar novas oportunidades para 2 milhões de pessoas que residem na Região Metropolitana de Belém”, diz a nota.

Como em outros grandes eventos sediados pelo Brasil — por exemplo, a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016 —, pode demorar anos para se medir qual legado a COP30 deixará para a capital paraense. E, ainda, se serão positivos. Por ora, a população se divide entre o otimismo das oportunidades, o pragmatismo de quem vê obras de infraestrutura em evolução (embora lenta) e o anseio das vozes locais que buscam um espaço prometido, mas não totalmente garantido.

PRODUTIVIDADE: UMA EQUAÇÃO COMPLEXA

O número de brasileiros que concluíram o ensino superior quase triplicou nos últimos 20 anos. Contudo, essa alta nos diplomas não trouxe consigo a expansão proporcional esperada para a produtividade. Embora a educação seja item fundamental no ganho de eficiência e competitividade, há muitos outros fatores interligados, num nó que acaba por segurar o crescimento econômico e o desenvolvimento.

texto LUCIANA ALVAREZ
ilustração PRISCILA GONZAGA



Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, em 2000, 6,8% das pessoas com 25 anos ou mais tinham concluído o ensino superior. A fatia subiu para 11,3%, em 2010, e para 18,4%, em 2022. E, mesmo na base, os indicadores são positivos: o percentual de pessoas sem ensino fundamental completo caiu de 63,2%, em 2000, para 49,3%, em 2010, e 35,2%, em 2022.

Os números da produtividade, porém, continuam estagnados: nos últimos 40 anos, a taxa média de expansão da produtividade do trabalhador brasileiro foi de 0,6% ao ano, uma das mais baixas do mundo, segundo estudos do Observatório da Produtividade Regis Bonelli, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV-Ibre). Essa estagnação acontece porque, apesar de essencial para melhorar a produtividade em qualquer lugar do mundo, só a educação não basta. Há uma longa cadeia de fatores entrelaçados que influenciam o indicador — e quando o elo mais fraco arrebenta, ninguém consegue puxar o País para cima.

“O indicador, ao se chamar ‘produtividade por trabalhador’, transmite a ideia de que o trabalhador seja o responsável. Mas, na verdade, é um número difícil de apurar, porque é o PIB [*Produto Interno Bruto*] dividido pelo número de trabalhadores”, explica Paulo Feldmann, professor na Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (FEA/USP).

Portanto, inúmeros fatores entram nessa conta, ao influenciar os desempenhos do PIB e o do trabalhador. “Digamos que fosse possível transportar mil brasileiros da construção civil, que conseguem levantar um prédio de cinco andares em um ano, para a Coreia do Sul. Lá, eles levariam em torno de quatro meses para construir um prédio igual”, compara Feldmann. Isso, porque a tecnologia tem uma influência enorme sobre a produtividade. No país asiático, há muito mais tecnologia aplicada em vários setores produtivos, como a Construção Civil. Também porque o transporte é melhor — o material chega mais rápido aonde é necessário — e a rede de energia é confiável.

INFRAESTRUTURA DO ATRASO

Nesse sentido, a logística é um peso sobre a produtividade brasileira. “Quem produz precisa lidar com um transporte caro e ruim, porque, no Brasil, são usados caminhões em vez de trens, e em quase qualquer país do mundo, o deslocamento de cargas é feito por via férrea. Para conseguir melhorar a eficiência e escoar os minérios, a Vale investiu em ferrovias próprias”, exemplifica o professor.

A energia também tem grande influência. E, por aqui, é cara e pouco confiável. Apesar de a matriz elétrica ser majoritariamente hidráulica — que, além de limpa, é, em teoria, mais barata —, as redes de distribuição deixam a desejar, com custo final alto, sobretudo por causa dos impostos. No âmbito federal, incidem o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), enquanto no nível estadual é cobrado o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS). Para a Indústria, a tributação sobre a energia ronda os 30%. Mesmo com o alto valor pago por quilowatt, as quebras de fornecimento continuam sendo um problema para o setor produtivo. “Há regiões em que o Comércio e os Serviços precisam ter gerador, pois falta luz com muita frequência. Isso atrapalha demais”,

“HÁ VÁRIOS PROJETOS DE RESPIRADORES NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS, MAS NÃO HÁ QUEM OS PRODUZA. É UMA QUESTÃO ALÉM DA FORMAÇÃO DAS PESSOAS: FALTA CONEXÃO COM A INDÚSTRIA.”

DENISE PIRES DE CARVALHO, presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

destaca Feldmann. Soma-se aos problemas de infraestrutura o baixo uso de tecnologias, que, segundo o professor, é “muitíssimo importante” para a produtividade. Além da falta de investimento local, é difícil importá-la. “É um setor que não deveria ser taxado, mas, ao contrário, é altamente tarifado. Se uma tecnologia custa US\$ 100, chega ao Brasil por US\$ 220”, critica.

O Brasil amarga a 50ª posição do Índice Global de Inovação (IGI) 2024, um ranking de 133 países elaborado pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (Ompi), considerado o principal indicador de inovação do mundo. O País caiu uma posição em relação ao ano anterior. Os dez primeiros colocados são Suíça, Suécia, Estados Unidos, Singapura, Reino Unido, Coreia do Sul, Finlândia, Holanda, Alemanha e Dinamarca.

QUALIFICAÇÃO QUE PATINA

Por fim, a baixa qualificação do trabalhador interfere na produtividade brasileira. E é nessa ponta que a ligação com a educação se dá. “Se aquele mesmo prédio fosse construído por trabalhadores coreanos, seria concluído ainda mais rápido, porque eles receberam uma educação melhor e tornaram-se mais produtivos”, pondera o professor Feldmann.

Mesmo ao isolar a educação na equação, trata-se de um cálculo complexo. Os trabalhadores

precisam dominar certas técnicas, mas também estarem preparados para aprender novos métodos e desenvolver aptidões. “Dominar as habilidades específicas de um trabalho é fundamental para a produtividade. Se for um torista, precisará dominar bem a máquina, por exemplo. Além disso, o trabalho moderno exige capacidade de pensar. O importante não é só ter informações, mas saber usá-las”, explica José Pastore, presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). E, então, afirma Pastore, começa a surgir o problema da escola. “Tivemos uma melhoria no número de anos frequentados, mas isso não se reflete em aumento da capacidade da escola de fazer as crianças pensarem melhor. Temos um grupo grande de instituições de ensino de baixa qualidade, que não desenvolvem a capacidade de pensar”, enfatiza.

Os progressos educacionais, em termos gerais, são evidentes. Alguns números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), sobre o tema, demonstram o fenômeno. Entre as crianças de 6 a 14 anos de idade, 99,5% estão na escola. Em 2024, a média de anos de estudo de quem tem 25 anos ou mais chegou a 10,1 anos, a mais alta da série

histórica. Contudo, o analfabetismo funcional atinge 29% das pessoas de 15 a 64 anos, de acordo com o Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) de 2025. São pessoas que têm algum nível de aprendizagem formal, mas são incapazes de fazer uso da leitura e da escrita em contextos da vida cotidiana. Mesmo depois de frequentar a escola por nove anos, a alfabetização não é garantida: 38% dos que chegaram ao ensino médio não estavam funcionalmente alfabetizados.

ESCOLA DESIGUAL

Os números da Educação são parte de algo maior — a desigualdade social. Dentre os jovens brasileiros de 15 a 29 anos, 8,7 milhões estavam fora da escola e ainda não haviam completado o ensino médio em 2024. O número é alto, mas menor do que antes (eram 11,4 milhões em 2019). Só que, nesse contingente menos escolarizado, há uma diferença importante: 26,5% são brancos e 72,5%, negros. “Estamos no caminho certo, mas de forma lenta. E as disparidades no acesso e na qualidade ainda são altas”, afirma Tássia Cruz, professora na Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getulio Vargas (FGV-Ebape).

No recorte racial, é comum que os negros estejam em escolas mais periféricas, com menos recursos e menor qualidade. Mas, segundo estudos realizados por Tássia, mesmo dentro da mesma escola há diferenças. “Não é fácil mensurar, mas há diferenças no tempo de atenção que o professor dá para cada criança, ou no acolhimento, na forma de tratar. Isso faz com que crianças que já venham de ambientes menos escolarizados sintam-se menos pertencentes à escola”, detalha. Na sua experiência, é comum que as crianças sejam desde muito novas colocadas em caixinhas. “Professores dizem coisas como: ‘Esta criança, vinda desta família, nunca vai aprender’. Nem os educadores acreditam nelas”, relata. Há, ainda, estereótipos quanto ao aprendizado de disciplinas exatas, que afastam as meninas de determinadas carreiras. O ensino de qualidade chega a poucos.

29%
DOS BRASILEIROS DE 15 A 64 ANOS
SÃO ANALFABETOS FUNCIONAIS

8,7
MILHÕES
DE JOVENS DE 15 A 29 ANOS
ESTÃO FORA DA ESCOLA



Entretanto, existem setores que parecem ilhas de eficiência, ao agregar qualificação ao crescimento. “Os destaques positivos se dão na Aeronáutica, na produção de vacinas, na Siderurgia e no setor bancário. E, claro, no Agronegócio, que há décadas vem ganhando 3% de produtividade anual”, aponta Pastore, da FecomercioSP. A virada no setor começou na década de 1970, com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o desafio de aumentar e diversificar a produção do campo. “Na época, o País não cultivava o suficiente para alimentar a população. A proposta era que o Brasil treinasse mil pesquisadores, nas melhores universidades do mundo, para gerar conhecimento e melhorar as tecnologias de produção. E, 50 anos depois, o resultado está aqui”, comemora Pastore, que coordenou o grupo de estudos que criou a Embrapa. Com pesquisadores bem formados, capazes de pensar os problemas em território nacional, o Agro passou a adotar novas tecnologias de forma massiva e a qualificação do trabalhador tornou-se indispensável em todos os níveis. “Os empresários foram obrigados a racionalizar a administração, pois a tecnologia impõe rigor. Se você possui uma colheiteadeira de R\$ 8 milhões, precisa de uma boa gestão”, ressalta Pastore.

UM DÉFICIT QUE PUXA O OUTRO

Assim como é verdade que a educação influencia a economia, não se pode ignorar que a própria economia pesa sobre os resultados da educação. Uma economia que cresce pouco tem menos recursos para investir, e o baixo crescimento acaba por limitar oportunidades também para aqueles que puderam estudar. “Quando um país cresce, cria empregos mais produtivos, que absorvem os mais qualificados. Desde os anos 1980, o Brasil não cria tantas oportunidades e nem sempre as pessoas estão empregadas naquilo em que seriam mais produtivas”, observa o economista Antonio Lanzana, presidente do Conselho Superior de Economia, Sociologia e Política da FecomercioSP e professor na Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (FEA/USP) e na Fundação Dom Cabral (FDC). Há desperdício de potencial produtivo quando, no seu trabalho, um profissional não aplica o que aprendeu. “Não é lógico que uma pessoa que estudou por anos preste serviços para a Uber. Não é uma questão de juízo de valor, mas um capital humano mal aproveitado”, opina.

A falta de perspectiva também afeta a motivação das pessoas, criando um ciclo perverso de formação deficitária e empregos de baixa qualidade. “As vagas no ensino superior aumentaram muito, mas os estudantes chegam com enormes limitações de conhecimentos do ensino básico. Muitos estão lá pelo canudo, mas sem preocupação real com o aprendizado”, pontua Lanzana. O excesso de graduações não presenciais é um reflexo desse panorama. Em 2023, segundo o Censo da Educação Superior, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do Ministério da Educação, 49,2% das matrículas eram na modalidade Ensino a Distância (EaD). Entre os ingressantes em cursos de licenciatura, esse modo de estudar chega a 81%. O EaD permite que sejam cobradas mensalidades baixas — a média em 2024 foi de R\$ 210, segundo a consultoria Hoper —, pois muitos cursos fundamentam-se em aulas gravadas, com pouca interação entre alunos e docentes. O resultado, porém, é uma educação mais frágil: no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) de 2022, que avalia cursos superiores, apenas 18% dos cursos em EaD alcançaram os conceitos mais altos, com notas 4 e 5. Entre os presenciais, a taxa foi de 27%.

Na outra ponta, a da excelência, o baixo crescimento econômico leva o Brasil a perder os melhores profissionais para o exterior. “Acontece de se investir muito e vir alguém, depois, ‘roubar’ nossos especialistas em áreas muito requisitadas globalmente. Se o Brasil tivesse crescido, esses profissionais poderiam ser remunerados competitivamente por nossas empresas”, avalia Lanzana.

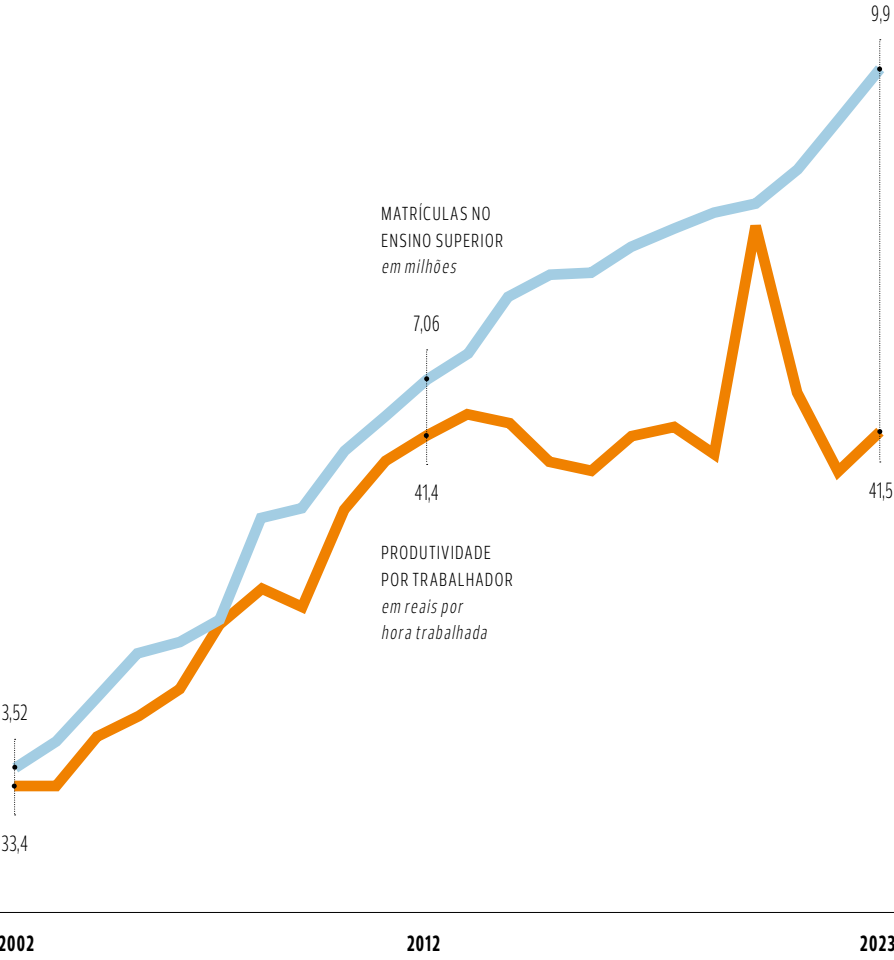
DA ACADEMIA PARA A ECONOMIA REAL

Embora possa haver casos de desencanto com o resultado de anos de estudo, quem consegue terminar uma pós-graduação *stricto sensu* ainda tem vantagem no mercado de trabalho. O estudo Brasil: Mestres e Doutores 2024, realizado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), mostra que os empregos para essa elite é resiliente a crises econômicas. Em anos nos quais houve queda do PIB, como 2015, 2016 e 2020, o emprego para profissionais com pós-graduação manteve-se em expansão, na contramão da média do mercado. Um dos motivos é a concentração de empregos em cargos públicos, sobretudo na academia, avalia Sofia Daher, coordenadora do estudo. Entretanto, o peso relativo do emprego em universidades tem caído, após um período de

expansão de vagas e de instituições de ensino, graças ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Com o seu fim, em 2012, os concursos rarearam. “Era natural que fossem contratados por causa da expansão, mas, agora, começamos a ter outras inserções para além da vida acadêmica. É importante que esses profissionais participem da busca por inovação. O que acontece em outros países e falta no Brasil são mecanismos de estímulo para desenvolver áreas como a de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) dentro das empresas, e uma mudança cultural”, defende Sofia. Assim como a graduação, o sistema brasileiro de pós-graduação tem crescido consistentemente. Entre 2001 e 2021, o número de doutores cresceu 271% e o de mestres, 210%, segundo dados do CGEE. São 9,1 mestres e 4,4 doutores para cada grupo de mil pessoas com emprego formal. Apesar da alta, ainda estamos muito atrás de outras nações — países da União Europeia têm, em média, 180,7 mestres e 12,9 doutores por mil empregados.

Sem conseguir alcançar rapidamente patamares tão altos, o crescimento precisa continuar de forma estratégica, tanto em termos regionais como em campos do conhecimento, defende Francisco Thiago Silva, professor na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE/UnB). Outra questão cultural importante é quebrar o academicismo. “Nossas universidades vêm de uma tradição francesa, mais encastelada. Precisamos conversar mais com a sociedade, com as empresas, fazer parcerias. Isso, é claro, não significa simplesmente obedecer e servir ao mercado, mas, sim, trabalhar junto”, diz. Entretanto, nada vai funcionar se não houver incentivo para que os pós-graduados ponham seus conhecimentos em prática. “Se você me perguntar se a gente precisa de mais mestres e doutores em Educação, eu diria que não. Mas, sem dúvida, precisamos deles alfabetizando as crianças nas escolas”, assegura. A falta de conexão entre academia e setor produtivo acaba sendo um entrave para que a melhoria da Educação repercuta em desenvolvimentos social e econômico. “Durante a pandemia, ficamos reféns de importar respiradores pelo preço que os países exportadores determinaram. Existem vários projetos desses aparelhos nas universidades brasileiras, mas não há quem os produza. É uma questão além da formação das pessoas: falta uma conexão com a Indústria”, indica Denise Pires de Carvalho,

RITMOS DIFERENTES



Fonte: Censo da Educação Superior (Inep/MEC) e Observatório da Produtividade, FGV-IBRE

presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). “A Embraer, uma empresa que muito orgulha o Brasil, é forte graças à sua ligação com o ITA [*Instituto Tecnológico de Aeronáutica*]”, exemplifica. Diante de todo esse quadro, o tipo de formação também precisa mudar, com trans e interdisciplinaridade em todas as etapas. “As demandas da sociedade vêm dos problemas. Escuto muito que o Brasil precisa de mais engenheiros, e, sim, precisa, mas desde que sejam engenheiros que saibam resolver os problemas. Qual é o perfil desse engenheiro? Temos Engenharia do Petróleo, mas será que o engenheiro do petróleo resolve a questão da transição energética?”, questiona Denise.

EFEITOS DO TARIFAÇO DE TRUMP

Desde a posse de Donald Trump, a economia mundial vive momentos de instabilidade e incertezas gerados pelas constantes decisões e ameaças do presidente norte-americano quanto às tarifas de importação. É o fim de uma era que começou no pós-guerra e o início de uma nova ordem mundial, que ninguém sabe exatamente onde vai parar. Basta observar que a expectativa é de que a tarifa média de importações dos Estados Unidos passe de 2% para algo próximo a 20%, podendo ficar até acima disso.

Nesse contexto, o Brasil, que estava entre os países com menores taxas de importação (10%), foi surpreendido com um tarifaço de 50%, parcialmente aliviado com a divulgação de uma extensa lista de exceções. É a maior taxa imposta pela nação norte-americana, mesmo entre os países do Brics (com exceção da Índia, que também sofreu taxaço de 50%) — a África do Sul foi taxada em 30% e a Indonésia, em 32%. É um enorme retrocesso no relacionamento bilateral. Considerando que os Estados Unidos tenham superávit comercial com o Brasil — de US\$ 1,7 bilhão, no primeiro semestre deste ano —, fica claro que a decisão é de caráter político, com mensagens para atender ao público estadunidense, alertar aliados estratégicos e advertir adversários globais.

Na análise dos impactos sobre a economia brasileira, chama a atenção, em primeiro lugar, a enorme incerteza sobre como ficará esse quadro num futuro próximo. É o começo de uma longa jornada cuja evolução é difícil de analisar.

Trump é totalmente imprevisível, podendo ceder ou radicalizar, e o que vale hoje pode não valer amanhã. É possível que haja espaço para negociação, pois o que se assistiu até agora foi uma imposição unilateral. As negociações podem ocorrer entre

governos e entre os setores privados dos dois países, com a chance de aumentar a lista de isenções. Outro item de indefinição é como o governo brasileiro vai se posicionar daqui para a frente.

E há ainda a questão da abertura, por ordem de Trump, de investigação comercial contra o Brasil — com base na Seção 301 da Lei de Comércio de 1974 —, que permite retaliar nações contra práticas comerciais consideradas injustas, discriminatórias ou restritivas para os Estados Unidos. Não é possível concluir como vai evoluir esse processo.

Considerando que cerca de 40% das exportações brasileiras estarão isentas e supondo que o governo do Brasil não adote medidas de reciprocidade, pode-se concluir que os efeitos de curto prazo sobre o Produto Interno Bruto (PIB) serão limitados — próximos a 0,2% ou 0,5% —, dado que as exportações para os Estados Unidos representam pouco menos de 2% do PIB brasileiro.

As maiores consequências ocorrerão sobre os setores e as empresas que não estão na lista de isenções e têm nas exportações para os Estados Unidos uma parcela significativa das suas receitas. Por outro lado, pode-se esperar efeitos positivos sobre a inflação pelo aumento da oferta interna, o que pode anteceder o início de um período de redução dos juros.

Numa visão de prazo mais longo, o Brasil pode ver reduzido o fluxo de investimentos diretos, pois muitas empresas aqui instaladas são norte-americanas e exportam para os Estados Unidos. Um outro ponto é o redirecionamento das exportações, com a conquista de novos mercados, proposta que vem ganhando corpo. É positivo, mas esse é um processo que leva tempo. A busca por mercados é constante pelo setor exportador. Novos acordos comerciais — como tem sido sondado com México e Canadá — levam anos para serem implementados. E há, ainda, a incerteza sobre como ficará a nova ordem mundial, inclusive com acordos que podem afetar as exportações brasileiras.

&

DESCUIDADA E ZOMBETEIRA CONJUNTURA

Sonho errado, vexame certo. Nenhum país do mundo atual está no auge do seu triunfo. Muitos começam a pagar as dívidas próprias da velhice dos seus sistemas econômicos e de poder entregues ao esporte que virou a divergência partidária e ao funcionamento personalíssimo e de privilégios das instituições do Estado. Se o mundo está a caminho da desaceleração ou da recessão, não será o conflituoso mundo da política que vai melhorar as coisas. Mais reclamar do que explicar é a fórmula que ajuda a entender a encrenca que é ver os dois países ocidentais mais populosos comportarem-se com espírito de porco-espinho, ignorando os custos das escolhas erradas e do estímulo à formação de ambientes não consensuais.

O silêncio do parlamento e da diplomacia brasileiros diante da tempestade antecipadamente anunciada, e a incapacidade de reconhecer a evidente incorreção de sua atitude, torna tudo imponderável. O conflito entre Poderes, que não arrefece, vai deixando que o tempo — e as pesquisas de opinião, hoje verdadeiros boatos estatísticos — vá orlando e contornando as coisas ao modo sucessão presidencial antecipada.

O comércio entre as duas nações sempre pode encontrar uma solução negociada quando velhos parceiros expõem com franqueza suas limitações produtivas e tecnológicas frente aos diferentes entraves em suas cadeias de suprimentos. Os Estados Unidos têm uma conhecida limitação em reservas de minerais estratégicos raros, enquanto o Brasil ainda apresenta baixo domínio em tratamento de dados, com alta vulnerabilidade digital. Além disso, enquanto o país norte-americano é dominante nas finanças e nas cadeias globais de valor com tecnologia de ponta, o Brasil é fornecedor-chave de insumos essenciais para essas mesmas cadeias, além de contar com uma biodiversidade e potenciais energético e social ímpares. Há ainda muita complementaridade a ser conjugada — e não devemos cair na precipitação de achar que ficamos melhores longe dos valores do Ocidente.

Com bons negociadores, pautados no bom senso ou na experiência diplomática renovada, mais a participação ativa de empresários que saibam exatamente onde o sapato aperta, as novas realidades tecnológica e comercial globais podem indicar caminhos para convencer a política a deixar a economia avançar.

Metade do ano já se foi e a reclamação comum de governos é a mesma — querem que as regras econômicas se ajustem ao imponderável e volátil mundo da política. De uma maneira geral, exceto a China e seu sinocentrismo ancestral — cujo lema é que o mundo deve funcionar atendendo ao interesse do Império do Meio —, nenhuma das nações líderes é tão astuta para se inserir no novo sistema internacional. Os Estados Unidos foram pegos com “calças curtas” de risco esgotado que não se renova. A Europa perdeu o charme com o divórcio do Brexit, que tirou-lhe o primeiro violino (o Reino Unido). O Brasil, país que não valoriza orquestra, não fez qualquer estudo sobre como lidar melhor com os desafios do século 21. Não há em qualquer setor da nossa sociedade uma unidade sobre qual é a participação mais vantajosa para o País no mundo atual.

Todas as nações, a seu modo, estão negociando e cedendo às pressões do governo norte-americano. Gaviões e passarinhos que preferem não aguçar a tensão para não provocar ações desconhecidas. A batalha das tarifas é a mesma dos impostos, esse gigantesco animal pré-histórico presente em todas as administrações de Estados perdulários, que gastam mais do que produzem e precisam avançar sobre o contribuinte, o fornecedor e o consumidor para manter a sua saciedade.

PAULO DELGADO,
sociólogo, cientista político e diretor na FecomercioSP

&



ANTONIO LANZANA,
presidente do Conselho Superior de Economia, Sociologia e Política da FecomercioSP e professor na Universidade de São Paulo (USP) e na Fundação Dom Cabral (FDC)



O FUTURO É PARA ONTEM

Enquanto o mundo redesenha suas prioridades, o Canal UM BRASIL mergulha nas questões que realmente importam — da sustentabilidade à geopolítica climática, passando pelas engrenagens da transição energética.

COM ENTREVISTAS QUE COMBINAM DENSIDADE E VISÃO ESTRATÉGICA, O CANAL OFERECE PERSPECTIVAS CAPAZES DE DECIFRAR OS DILEMAS E AS DECISÕES QUE O PAÍS PRECISA ENFRENTAR NESTE NOVO CONTEXTO MUNDIAL.

UM BRASIL



@canalumbrasil

UMA REALIZAÇÃO

FECOMERCIO SP

RAFAELA GUEDES

consultora independente, especialista em energia e *senior fellow* do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri)



IZABELLA TEIXEIRA

ex-ministra do Meio Ambiente



SÉRGIO ABRANCHES

sociólogo, escritor e colunista político



ALEXANDRE PRADO

líder de Mudanças Climáticas do WWF-Brasil



“Para ser implementada, de fato, a transição energética precisa ser viável em termos econômicos. Se as coisas não param em pé economicamente, não se avança.”

“Clima é um assunto estratégico para a nova maneira de viver do século. Trata-se de uma discussão política, econômica e geopolítica. Por quê? Porque o clima é uma agenda de desenvolvimento.”

“Será preciso buscar soluções para amenizar a ausência dos Estados Unidos nos acordos climáticos.”

“O País, por causa da Amazônia e pela nossa matriz energética, lidera a agenda ambiental. E espera-se que seja liderança no mercado de carbono.”



Terras raras em disputa

Elementos químicos essenciais na fabricação de turbinas eólicas, carros elétricos, smartphones e equipamentos médicos se tornaram alvo de uma guerra comercial e tarifária entre Estados Unidos e China. Apesar do nome, as terras raras são abundantes. A expressão está mais relacionada ao processo de extração e separação do que à escassez. A China é dona da maior reserva mundial e detém toda a produção de ímãs permanentes produzidos com esses minerais. Longe desse conflito, mas sob os olhos do interesse internacional, o Brasil tem a segunda maior reserva de terras raras do mundo. Possuímos também quase 10% das reservas mundiais de minerais críticos, fundamentais para as tecnologias digitais. Poderíamos ser protagonistas nesse mercado, mas estamos atrasados.

Voz e transgressão

O ano de 1945 foi pródigo: trouxe ao mundo três personagens que contribuíram para moldar a música popular brasileira tal qual a conhecemos atualmente. Elis Regina e Raul Seixas viveram pouco, mas o suficiente para serem lembrados como vozes de resistência e contestação à ditadura, entre os anos 1960 e 1980. Já Gal Costa, musa do tropicalismo, alcançou o século 21 como a cantora brasileira mais bem colocada na lista de melhores de todos os tempos pela revista *Rolling Stone*.

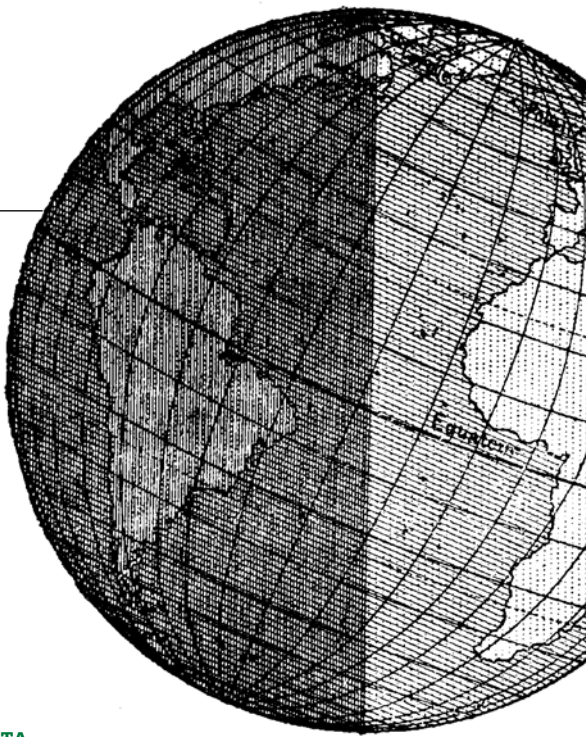
Checklist ESG

A FecomercioSP lançou uma ferramenta para apoiar as empresas que desejam avançar no desenvolvimento de estratégias ESG (Ambiental, Social e de Governança). Trata-se do Checklist ESG, um diagnóstico gratuito que ajuda as organizações de todos os portes e setores a identificarem o seu estágio de maturidade quanto às ações de sustentabilidade, responsabilidade social e governança corporativa. A adesão à agenda ESG tem se mostrado um importante diferencial competitivo. Os negócios que fazem parte da cadeia de valor de grandes organizações, por exemplo, já percebem a exigência crescente de boas práticas por parte de seus contratantes. Estar preparado é, portanto, não mais uma vantagem estratégica, mas uma necessidade imediata.

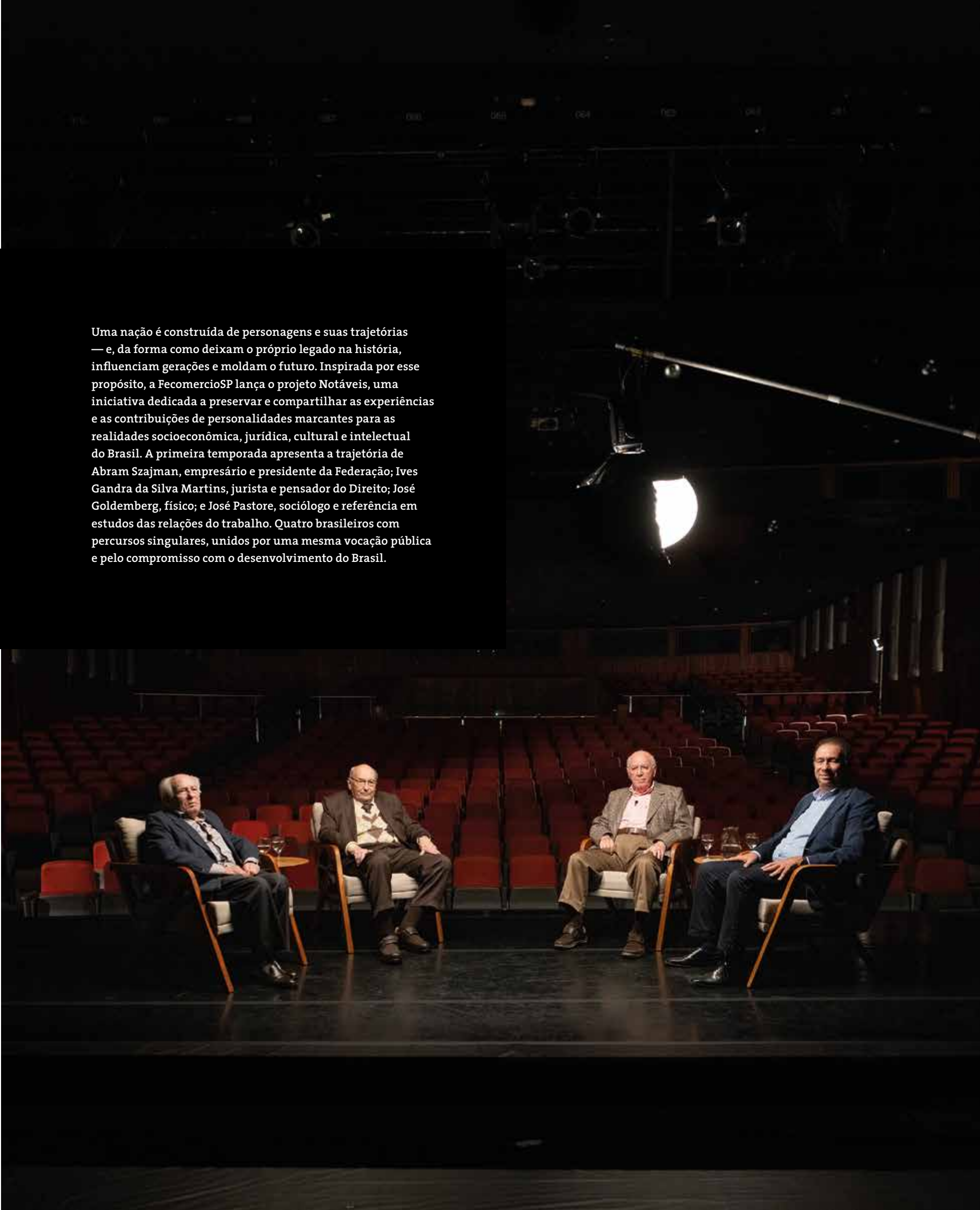


ACESSE
AQUI A
FERRAMENTA

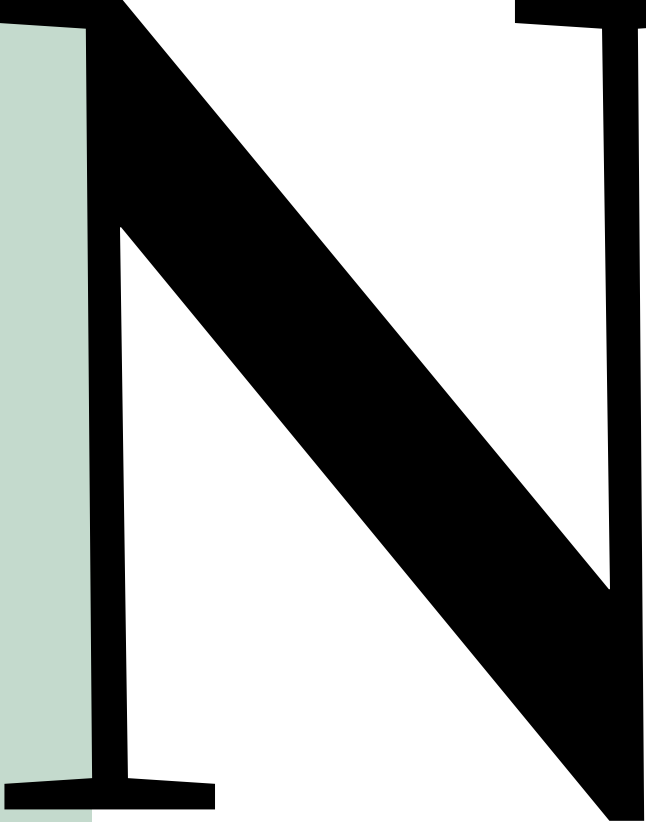
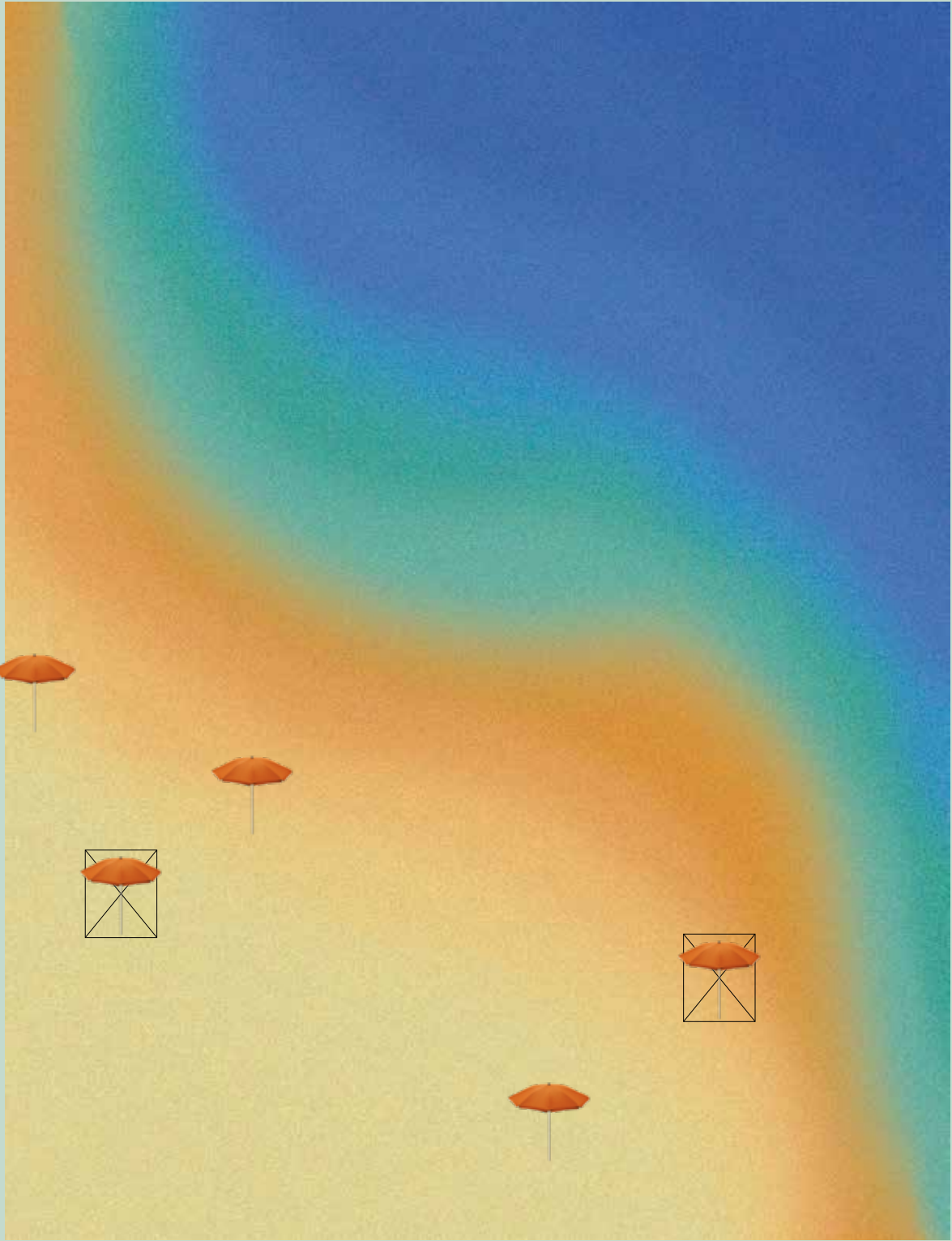
BRASILEIROS NOTÁVEIS



Uma nação é construída de personagens e suas trajetórias — e, da forma como deixam o próprio legado na história, influenciam gerações e moldam o futuro. Inspirada por esse propósito, a FecomercioSP lança o projeto Notáveis, uma iniciativa dedicada a preservar e compartilhar as experiências e as contribuições de personalidades marcantes para as realidades socioeconômica, jurídica, cultural e intelectual do Brasil. A primeira temporada apresenta a trajetória de Abram Szajman, empresário e presidente da Federação; Ives Gandra da Silva Martins, jurista e pensador do Direito; José Goldemberg, físico; e José Pastore, sociólogo e referência em estudos das relações do trabalho. Quatro brasileiros com percursos singulares, unidos por uma mesma vocação pública e pelo compromisso com o desenvolvimento do Brasil.



DE QUEM É A PRAIA?



Na altura do Posto 1, na Praia do Leme, zona sul da capital do Rio de Janeiro, duas pessoas tentam se localizar pelo celular: “Tu tá no Ponto G? Mas cadê o Ponto G? Não estou achando”. Um dos locais mais populares entre a população LGBTQIA+, a barraca mantinha uma enorme bandeira de arco-íris como referência e identidade. Ali ao lado, o Rasta Beach, outra barraca popular no Leme, levantava a cada manhã a bandeira do movimento rastafári. Desde junho, no entanto, os barraqueiros das orlas cariocas deixaram de hastear suas marcas registradas. Isso aconteceu porque, em maio, o prefeito Eduardo Paes (PSD) publicou um decreto que proibia não apenas as bandeiras, como também os nomes das barracas, que passariam a ser identificadas somente pelo número. Proibia, também, a utilização de caixas de som nas praias, apresentações musicais nos quiosques — quase todos contratam artistas para atrair turistas —, venda de bebidas em garrafas de vidro e utilização de estruturas de comércio ambulantes sem autorização, como as tão conhecidas carrocinhas de milho. Prometeu, ainda, fiscalizar os ambulantes que circulam pelas areias com churrasquinhos e bebidas.

Segundo a prefeitura, o decreto pretende “preservar a ordem urbana, a segurança pública e o meio ambiente, além de assegurar uma convivência mais harmoniosa na utilização do espaço público entre frequentadores, trabalhadores, turistas e moradores da cidade”. Também explicou que o objetivo é “proibir a realização de qualquer atividade que viole o ordenamento urbano e o uso regular do espaço público, inclusive por ambulantes não autorizados”.

A polêmica decisão movimentou a cidade, e Paes precisou recuar. Poucos dias depois, o prefeito liberou os nomes nas barracas, desde que mantivessem placas de identificação com até 3 metros de comprimento e 40 centímetros de

altura; as apresentações musicais só poderiam ocorrer entre 12h e 22h; e as bandeiras, com mastros e suportes, foram liberadas até uma nova regulamentação.

Os barraqueiros alegam que, apesar da liberação provisória, seguem proibidos de hastear as bandeiras. “Se a gente colocar, eles vêm aplicar multa. Muitos clientes ligam perguntando onde está a barraca. As crianças que se perdiam dos pais vinham aqui, porque era um ponto de referência fácil de encontrar”, reclama Luiz Guilherme, dono do Ponto G. Os nomes das barracas perderam as cores — todos devem ser em preto e branco, na mesma fonte e no mesmo tamanho, dificultando a distinção entre elas.

“Não é algo que vai mudar o comportamento das pessoas. A lei do carioca, às vezes, não é tão seguida assim. A gente conhece muito bem como é o Rio de Janeiro, não acho que será um impeditivo de utilização da praia”, opina o economista Guilherme Dietze, presidente do Conselho de Turismo da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). “É importante haver regras, mas se restringirem demais os quiosques e as barracas, como as pessoas vão consumir? É preciso bom senso e um equilíbrio que cada cidade precisa encontrar”, pondera.

texto CAROL CASTRO | ilustração DÉBORA FARIA



PONTE AÉREA

No litoral paulista, em Ubatuba, a Câmara Municipal aprovou um Projeto de Lei (PL) para proibir o uso de tendas e barracas. O vereador Gady Gonzalez (MDB), autor do PL, justifica que “a crescente instalação de tendas e estruturas de grande porte compromete a circulação das pessoas, a limpeza da faixa de areia e o paisagismo natural, além de representar riscos ao meio ambiente decorrentes do acúmulo de resíduos”.

A prefeitura se isentou do debate e nem sequer aprovou, rejeitou ou alterou o PL, apenas o ignorou. Assim, a Câmara teve o direito de aprovar por conta própria as novas regras. Desde então, ao contrário do costume paulista de montar barracas nas praias, os turistas podem levar apenas guarda-sóis de até 3 metros — e, caso descumpram, podem ter seus itens apreendidos e levar uma multa de R\$ 1 mil. Ambulantes também só poderão montar as barracas se tiverem autorização do Poder Público.

Os dados econômicos explicam essa disputa entre a preservação ambiental e o controle das atividades nas orlas do litoral brasileiro, que se estende por mais de 7,3 mil quilômetros. Segundo dados do Ministério do Turismo, 35% dos brasileiros procuram as praias para viagens a lazer. No último verão, de acordo com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o setor de Turismo movimentou mais de R\$ 150 bilhões. E a capital fluminense é o destino mais procurado pelos brasileiros, segundo o anuário da Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (Braztoa). No ano passado, a cidade recebeu mais de 10 milhões de turistas nacionais e 1,3 milhão de visitantes estrangeiros, segundo dados da Secretaria Municipal de Turismo (Setur). Só na alta temporada, entre dezembro de 2024 e março de 2025, o município arrecadou mais de R\$ 100 milhões em impostos — em entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo*, no início do ano, Paes disse trabalhar para aumentar ainda mais os indicadores do setor.

PRAIA PARA QUEM?

Se o som dos quiosques incomoda os moradores da zona sul carioca, do outro lado da cidade, na Barra da Tijuca, um empreendimento de alto luxo extrapola os decibéis permitidos pela lei. Moradores relatam que o som estremece as paredes e as luzes dos holofotes invadem as casas. Desde 2015, corria um processo para impedir a produção de eventos com música no Rio Beach Club. Oito anos depois, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou que o clube só poderia continuar com as atividades se regularizasse o espaço, com obras de isolamento acústico. Até o fim de maio, no entanto, as festas seguiam ocorrendo — assim como as reclamações dos vizinhos.

E não é só o Rio de Janeiro que toma medidas para limpar os cenários das praias e torná-los esteticamente mais bonitos. Em todo o litoral paulista existem, há anos, regras, taxas e burocracias para que os ônibus que fazem bate e volta sejam mais restritos. A ideia é preservar o meio ambiente, mas também evitar que turistas de baixa renda, que quase não gastam dinheiro nas praias, escolham as cidades litorâneas como opção de lazer. “Vejo [esses decretos e leis] como um processo de gentrificação e higienização das praias. A ideia é que tenham uma estética diferente da que têm. E o ambulante, por exemplo, não está inserido nela”, afirma a geógrafa Gilselia Moreira, doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP), que desenvolve estudos sobre a mercantilização e a verticalização do espaço urbano, em especial do litoral brasileiro. “Sempre existe a justificativa de preservação do meio ambiente, mas não faz sentido. Em Ilhéus [sul da Bahia], por exemplo, o governo reivindicou terrenos onde ficavam os barraqueiros para assegurar a segurança das praias e do meio ambiente. Mas isso é só um alibi. Porque, mais adiante, constatamos que os terrenos dessas regiões estão sendo invadidos por construções de condomínios fechados de classes média e alta”, critica.

PELO MEIO AMBIENTE?

O Rio Beach Club — bem como as casas em seu entorno — nem sequer deveria ter sido construído. O empreendimento fica na Ilha da Coroa, uma reserva ecológica protegida por lei desde 1978. O STJ condenou os proprietários a pagarem indenização pelo dano ecológico causado pelo imóvel. O estabelecimento não é o único beach club da cidade — uma moda inspirada na Europa, onde as praias são privadas — em situação irregular.

No fim de maio, o Ministério Público Federal (MPF) pediu a demolição de outros dois beach clubs, no Leblon e em Ipanema, e a paralisação das obras de um terceiro. Segundo o processo, todos ocupam um espaço maior do que o permitido — isto é, apropriam-se de áreas que pertencem à União. Os governos federal e municipal também são investigados pelo MPF por terem autorizado as obras, apesar das irregularidades.

Não são poucos os casos de construções de luxo em situações parecidas. Em 2021, por exemplo, o Supremo Tribunal Federal (STF) mandou derrubar parcialmente beach clubs na Praia de Jurerê Internacional, em Florianópolis. Santa Catarina, por causa da destruição de vegetação de restinga. Em junho de 2025, o MPF ordenou a demolição de três residências

luxuosas à beira-mar na Praia da Lagoinha, em Ubatuba, São Paulo. Em Alagoas, o MP estadual notificou um resort, em Japaratinga, em 2023; e, em 2024, o MPF ajuizou ação contra um hotel de luxo, em Passo de Camaragibe, ambos por construções irregulares de muros e portões, bloqueando acessos às praias. Na Praia do Forte, em Salvador, Bahia, anos atrás, o Tivoli Resort foi denunciado pelo Ibama pela construção de um paredão de pedra para conter o mar.

“As ondas carregam muita energia, principalmente em épocas de ressaca e de tempestades. Quando a onda chega à areia, ela diminui, perde força, porque a água penetra ali, e essa energia diminui. A vegetação de restinga também cumpre esse papel, para além de toda a diversidade do ecossistema”, diz o oceanógrafo Marcelo Sperle, professor na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). “Então, qualquer estrutura rígida que se coloque ali na parte superior das praias já vai destruir a vegetação de restinga e causar um impacto ambiental enorme. Quando a onda bate, é como se jogasse água numa parede, que bate e volta. E quando volta, leva consigo parte da areia daquela praia. Depois, as pessoas reclamam que o mar bateu e levou tudo.”

Sperle menciona a intervenção realizada, em 2021, em Balneário Camboriú, Santa Catarina, porque os prédios altos e irregulares faziam com que as areias ficassem a maior parte do dia sob a sombra. As obras cumpriram o objetivo, que era alargar a faixa de areia e diminuir a área de sombra, mas, dois anos depois, cerca de 70 metros em um dos trechos já haviam sido engolidos pelo mar. “Não houve estudos. Buscaram areia numa região próxima porque ficava mais barato. Entretanto, seria preciso analisar a gramatura da areia, o que não foi feito. Colocaram uma areia muito mais fina, que está indo embora”, explica. “E os comércios da orla faliram, porque as pessoas ficaram a 200 metros de distância e deixaram de ir até lá. Era preciso fazer um plano de gerenciamento, com estudos — oceanográficos, geográficos e biológicos, além de sociais, econômicos e turísticos. É uma questão multidisciplinar. Na verdade, o ideal é que todos aqueles prédios irregulares fossem demolidos. Mas quem vai fazer isso?”, questiona o pesquisador.



QUESTÃO NACIONAL

Enquanto as discussões sobre o gerenciamento das orlas seguem em alta, no Senado tramita a polêmica Proposta de Emenda à Constituição 3/2022, a PEC das Praias. A proposta tem o propósito de transferir a propriedade de áreas hoje pertencentes à União — como terrenos de marinha e faixas costeiras — para Estados, municípios e atuais ocupantes. Na prática, abre caminho para a privatização de regiões litorâneas inteiras, incluindo áreas de preservação ambiental e praias de uso coletivo. De acordo com especialistas e movimentos sociais, a medida ameaça o acesso público ao litoral, favorece a especulação imobiliária e fragiliza o controle ambiental sobre uma das zonas mais sensíveis do País.

O discurso da preservação, usado para justificar as novas regras de reordenamento das orlas, faria sentido se fosse baseado na própria legislação brasileira. Segundo Sperle, da Uerj, se fossem cumpridas à risca as diretrizes do Projeto Orla e da Lei de Gerenciamento Costeiro, nem mesmo os quiosques e as ciclovias que dominam as orlas urbanas estariam ali. A seletividade na aplicação das normas escancara um conflito maior: o meio ambiente vira argumento, enquanto o real motor das decisões é o projeto de cidade (e de praia) que se quer construir.

&

INDÚSTRIA VERDE DEPENDE DE AÇÃO POLÍTICA IMEDIATA

texto AGÊNCIA BORI*

O Brasil tem potencial para liderar a descarbonização industrial no mundo, mas isso depende de ações rápidas, coordenadas e específicas por setor. Essa é a conclusão dos estudos do projeto Descarbonização e Política Industrial (DIP-BR), conduzido pelo Grupo de Indústria e Competitividade do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (GIC/IE-UFRJ). Focados nas cadeias da carne bovina, do cimento e do aço, os documentos foram divulgados para a imprensa pela Agência BORI no primeiro semestre deste ano. Os pesquisadores propõem um conjunto de estratégias e políticas que reduzem os impactos ambientais sem comprometer a produtividade da Indústria.

Embora o Brasil disponha de uma matriz energética majoritariamente renovável, a maior parte das emissões nacionais ainda vem de mudanças no uso da terra e da Agropecuária — que, juntas, responderam

por 77% do total em 2022. A cadeia da carne bovina tem papel central nesse cenário: além da liberação de metano pela fermentação entérica dos animais, o setor impulsiona o desmatamento para abertura de pastagens, principalmente na Amazônia Legal — região que abrange os Estados do Acre, do Amapá, do Amazonas, do Mato Grosso, do Pará, de Rondônia, de Roraima, do Tocantins e parte do Maranhão. Os pesquisadores defendem a criação de mecanismos estatais sólidos de rastreabilidade, que acompanhem o gado desde o nascimento e impeçam que carne oriunda de áreas desmatadas chegue ao mercado.

Carlos Frederico Leão Rocha, coordenador do DIP-BR, pontua que a pressão de mercados importadores, como União Europeia e China, tende a acelerar mudanças, especialmente com a exigência, desses locais, de rastreabilidade completa prevista para este ano.

Segundo ele, a redução do consumo de carne bovina por habitante também pode ser uma aliada na transformação do setor.

CIMENTO E AÇO

Na indústria do cimento, os principais gargalos estão no uso intensivo de clínquer — obtido da queima de calcário em altas temperaturas — e na forte dependência de combustíveis fósseis. Em 2022, a produção de cimento foi responsável por 26% das emissões do setor industrial brasileiro, ou cerca de 2% do total nacional. Segundo o estudo do DIP-BR, é possível reduzir até 11% dessas emissões apenas substituindo o clínquer por materiais como filer calcário, argila calcinada e biocinzas. O uso de fontes renováveis de energia e a modernização de fornos também são caminhos promissores.

De acordo com Julia Torracca, pesquisadora no Grupo de Indústria e Competitividade do Instituto de Economia da instituição (GIC/IE-UFRJ) e autora do relatório sobre a cadeia do cimento, as empresas brasileiras já demonstram interesse em tecnologias de captura e armazenamento de carbono. No entanto, faltam políticas públicas com metas claras, além de revisão regulatória que permita o uso de materiais alternativos. Logística precária e altos custos de adaptação tecnológica também são entraves relevantes.

A siderurgia é outro setor com alta pegada de carbono. Globalmente, responde por cerca de 26% das emissões industriais, principalmente em decorrência das usinas integradas que usam carvão mineral. Embora essa tecnologia ainda seja dominante por questões de escala e custo, alternativas como o uso de sucata e de hidrogênio verde — especialmente em fornos elétricos — podem reduzir as emissões em até 90%. O uso de carvão vegetal de reflorestamento também tem contribuído para a redução de impactos.

No entanto, a adoção dessas tecnologias ainda enfrenta obstáculos. A escassez de sucata no Brasil, causada pela maior durabilidade de veículos e pela exportação de aço, e o alto custo do hidrogênio verde limitam o avanço. Germano Mendes de Paula, professor na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e autor do relatório sobre siderurgia, destaca que países como o Japão já oferecem subsídios bilionários para a conversão tecnológica da indústria do aço. “O Brasil precisa tornar a descarbonização da siderurgia uma prioridade pública”, afirma. Embora

ESTUDOS APONTAM CAMINHOS VIÁVEIS PARA DESCARBONIZAR SETORES COMO OS DE CARNE BOVINA, CIMENTO E AÇO – MAS AVANÇOS EXIGEM COORDENAÇÃO, METAS CLARAS E VONTADE POLÍTICA

existam iniciativas como o Programa BNDES Hidrogênio Verde e o Marco Regulatório do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono — Lei 14.948/2024 —, ainda faltam incentivos diretos e um mercado regulado e eficaz.

Os pesquisadores do DIP-BR ressaltam que descarbonizar a Indústria nacional não é só uma obrigação ambiental, mas uma oportunidade concreta de reposicionar o setor no centro de uma economia global mais limpa, tecnológica e competitiva, alinhando sustentabilidade, desenvolvimento econômico e inclusão social. Em todas as cadeias produtivas, a vontade política será fundamental para superar entraves tecnológicos e garantir fiscalização adequada. A discussão é ainda mais urgente em 2025, ano em que o Brasil sediará a 30ª Conferência sobre Mudanças Climáticas (COP30) da Organização das Nações Unidas (ONU) e as metas do Acordo de Paris serão revistas — uma década após a sua assinatura e ainda com impacto global limitado.

&

*A Agência BORI é um serviço único que conecta a ciência a jornalistas de todo o País. Na BORI, a imprensa encontra dados confiáveis e pesquisas científicas inéditas e explicadas, além de materiais de apoio e contatos de cientistas de todas as partes do Brasil, preparados, pela agência, para atender os jornalistas. Acesse www.abori.com.br.

DESIGUALDADE NO PRATO

texto GILMARA SANTOS

Como produtor de alimentos, o Brasil é o maior da América Latina e o quarto maior do mundo. Ainda assim, mesmo quando há recursos, abastecer os lares brasileiros com alimentos frescos é um desafio. De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), os chamados desertos alimentares — áreas onde é restrito o acesso a produtos minimamente processados ou in natura, como frutas, legumes e verduras — atingem todas as capitais brasileiras. Em 15 delas, pelo menos 25% dos habitantes vivem nessa situação. No topo do ranking está Manaus, no Amazonas, onde mais da metade da população (ou 52,5%) vive em áreas com pouca oferta de alimentos frescos, cidade seguida por Belém, no Pará (47,2%), e pela capital do Rio de Janeiro (45,3%). Na outra ponta, Curitiba, no Paraná, tem apenas 9,7% de seus moradores em desertos alimentares. Natal, no Rio Grande do Norte (11,1%), e Florianópolis, em Santa Catarina (12,3%), são outras capitais em que apenas uma pequena parcela da população tem dificuldade para comprar alimentos saudáveis.

Gisele Bortolini, coordenadora-geral de Promoção da Alimentação Saudável do MDS, explica que os desertos alimentares são áreas geográficas onde o acesso aos alimentos in natura é limitado, com entre zero e cinco estabelecimentos ofertando itens frescos a até 15 minutos de caminhada, para cada mil habitantes. Há, ainda, os pântanos alimentares, regiões com abundância de estabelecimentos que oferecem, sobretudo, opções não saudáveis, como os ultraprocessados. Isto é, 15 locais com

alimentos predominantemente não saudáveis a até 15 minutos de caminhada para cada mil habitantes. É importante ressaltar que um mesmo território pode ser um deserto e um pântano alimentar ao mesmo tempo.

O estudo do MDS mostra que as regiões Norte e Nordeste têm a maioria das cidades com baixa oferta de comércios de alimentos saudáveis. “Juntas, as duas regiões concentram cerca de 86% dos municípios com menor densidade desse tipo de estabelecimento, com 69,6% no Norte e 17% no Nordeste”, aponta Gisele. Sul e Sudeste, por sua vez, centralizam a maioria das cidades brasileiras (cerca de 88%) que apresentam a maior densidade de lojas comerciais de alimentos não saudáveis. Em termos relativos, os municípios das regiões Sul e Sudeste têm 30% e 58%, respectivamente, do total de cidades com maior concentração de estabelecimentos com alta disponibilidade de produtos ultraprocessados.

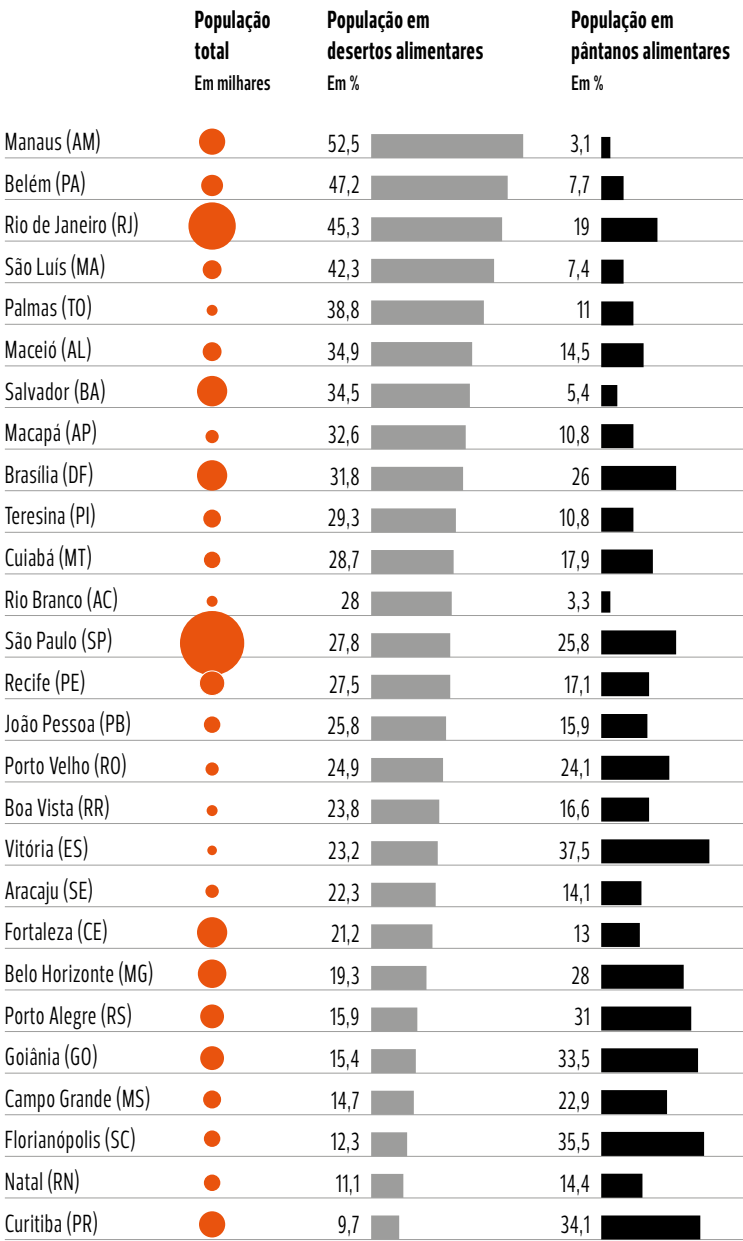
O MDS identificou, ainda, que em 91 cidades com mais de 300 mil habitantes, onde vivem 77 milhões de brasileiros, cerca de 25 milhões residem em áreas de desertos alimentares. Esse montante corresponde a 32,3% da população total dos municípios analisados — ou seja, um a cada três brasileiros nessas cidades tem dificuldade para comprar alimentos saudáveis. Além disso, cerca de 15 milhões residem em pântanos alimentares, número que corresponde a 19% da população total dos 91 municípios analisados. Resumindo: cerca de uma a cada cinco pessoas nesses locais acessa facilmente os ultraprocessados.

‘APARTHEID’ ALIMENTAR

Segundo Ricardo Mota, gerente de Inteligência Estratégica do Pacto Contra a Fome, dados da plataforma Alimenta Cidades, do governo federal, indicam que há quase 40 milhões de pessoas vivendo em desertos e pântanos alimentares. “Esse contexto, contudo, não afeta todas as pessoas da mesma forma”, reforça. “Essa situação recai com mais força sobre quem tem menos. Nesse sentido, outro conceito que chama a atenção é o do *apartheid* alimentar”, afirma o especialista. O termo, cunhado pela ativista alimentar estadunidense Karen Washington, enxerga essa exclusão para além do território geográfico: trata-se de um sistema que reserva alimentos saudáveis para quem pode pagar, enquanto milhões de brasileiros, especialmente populações negras e periféricas, são empurrados para dietas precárias, associadas a doenças crônicas. “Isso não é uma escolha individual, mas uma desigualdade sistêmica”, observa Mota.

Gisele, por sua vez, destaca que a alimentação adequada é um direito humano fundamental, assegurado pela Constituição Federal de 1988, e elemento essencial para a promoção da segurança alimentar e nutricional no País. “O acesso a alimentos pode ser impactado por inúmeros fatores, e a renda é um deles”, adverte. Segundo a coordenadora-geral do MDS, vários estudos mostram que as iniquidades sociais afetam o acesso e a disponibilidade de alimentos. Como exemplo, cita um estudo realizado em Porto Alegre que mostra que, na cidade, a capacidade de alcançar uma feira a pé em 10 minutos ou menos é restrita a menos de 25% da população, enquanto quase 90% podem fazê-lo dirigindo um carro. Em localidades mais ricas, as pessoas chegam às feiras em menos tempo, usando qualquer meio de transporte, do que as mais pobres. O mesmo estudo mostra que regiões com maioria de habitantes brancos têm

RETRATO DAS CAPITALS
BRASILEIRAS



Fonte: Ministério do Desenvolvimento e
Assistência Social, Família e Combate à Fome

acessibilidade significativamente melhor às feiras, seja a pé, seja de bicicleta, seja de ônibus.

O consumo de alimentos ultraprocessados está associada a diversos problemas de saúde, como obesidade, diabetes, doenças cardiovasculares, diferentes tipos de câncer e até depressão. Estima-se que, entre 2002 e 2009, no Brasil, aproximadamente 30% do aumento da obesidade está relacionado ao maior consumo desse tipo de alimento. Em 2019, 10,5% das mortes prematuras entre adultos de 30 a 69 anos — em torno de 57 mil óbitos — e aproximadamente 22% das mortes prematuras por doenças cardiovasculares foram atribuídas aos ultraprocessados.

“O que você come hoje pode estar programando a sua próxima doença ou definindo se vai ter dez anos a mais de vida com saúde e vitalidade”, alerta Rubem Regoto, médico nutrólogo e neurologista. O especialista explica que alimentos in natura são a base da saúde de todo o corpo: cérebro, imunidade e longevidade. Assim, quando trocamos comida de verdade por ultraprocessados, estamos alimentando inflamações silenciosas, desregulando hormônios e acelerando o envelhecimento. “Não é exagero. Comer mal é tão perigoso quanto fumar”, sentencia. E o problema é estrutural, pois está no acesso desigual a alimentos saudáveis. Regoto pontua que, em muitas regiões, é mais fácil encontrar uma garrafa de refrigerante do que uma banana ou mesmo água.

A nutricionista e terapeuta alimentar Inty Davidson acrescenta que a falta de acesso a alimentos preparados de maneira caseira acontece tanto por questões de renda como de disponibilidade. “Alguns lugares simplesmente não dispõem de feiras livres, sacolões ou mercados que ofereçam produtos frescos”, ressalta. Há ainda componentes como a falta de tempo para o preparo de refeições, contribuindo para o desenvolvimento de doenças crônicas, sobretudo se associados a outros fatores de risco — como sedentarismo, falta de sono, tabagismo, alto consumo de bebidas alcoólicas, genética e distúrbios do acesso a serviços de saúde — completa.

CARO E LONGE

Mota, do Pacto Contra a Fome, reforça, no entanto, que o acesso a alimentos saudáveis é apenas uma das variáveis de uma equação complexa, que inclui, claro, além da infraestrutura, as barreiras econômicas. Olhando pela óptica estrutural, acrescenta, faltam armazéns, câmaras frias, transporte adequado e pontos de venda acessíveis. Segundo levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), mais da metade dos municípios brasileiros não conta com estruturas públicas de abastecimento com capacidade mínima de armazenagem ou refrigeração. Em muitos bairros periféricos, não há feiras, hortifrúti ou supermercados que ofertem regularmente alimentos frescos, o que obriga a população a recorrer a pequenos comércios locais, onde predominam alimentos ultraprocessados.

O baixo poder aquisitivo das famílias também pesa e interfere na dinâmica do mercado — porque frutas, legumes e verduras, quando ofertados, são mais caros que itens industrializados, tanto pela menor oferta quanto pelo ciclo de vida mais curto. “Esse contexto leva muitos consumidores a optarem por produtos calóricos, baratos e duráveis, como biscoitos, macarrão instantâneo e refrigerantes. E esse padrão de consumo contribui diretamente para a formação dos pântanos alimentares, já que a demanda se reflete no mercado”, analisa Mota.

E a geografia urbana não ajuda. Nas grandes cidades — onde se enquadram as capitais brasileiras —, os bairros mais pobres são distantes de centros comerciais com oferta mais variada, e o deslocamento até locais com alimentos frescos representa um custo adicional. Essa dificuldade de acesso físico, somada à ausência de políticas públicas eficazes para estimular feiras livres, hortas comunitárias ou redes públicas de abastecimento, acaba aprofundando as desigualdades alimentares. Fábio Ferraz, economista, doutor em Urbanismo e pesquisador no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP), comenta que, no caso do abastecimento das cidades com alimentos frescos, o processo de urbanização, conurbação e metropolização impõe, de modo geral, uma transformação de terras periurbanas — independentemente de serem rurais e produtivas ou áreas de preservação ambiental — em solo urbano, o que distancia cada vez mais o acesso dos moradores das cidades a produtores, além de comprometer a logística de transporte, armazenamento e conservação dos alimentos. “Ao mesmo tempo, o crescimento das cidades traz consigo uma maior concentração de capitais e das oportunidades de grandes negócios que buscam sempre a maior lucratividade. Daí a necessidade e a importância do ordenamento territorial e dos planejamentos urbano e regional, que podem disponibilizar instrumentos urbanísticos e econômicos para administrar e controlar

“NÃO É EXAGERO. COMER MAL É
TÃO PERIGOSO QUANTO FUMAR.”

RUBEM REGOTO,
médico nutrólogo e neurologista

o mercado de terras, o crescimento das cidades e a qualidade de vida das populações urbanas e rurais”, considera o economista.

SOLUÇÕES LOCAIS

Os especialistas ouvidos pela reportagem avaliam que aumentar o acesso a alimentos in natura no País depende de políticas públicas que fortaleçam feiras e mercados locais e ampliem a agricultura urbana. Outro tópico defendido é a expansão de projetos como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além de investimento em cozinhas comunitárias, bancos de alimentos e equipamentos públicos de abastecimento.

Gisele, do MDS, opina que o setor público pode ser um grande apoiador na transformação do ambiente alimentar, ao colaborar com a implementação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, garantindo o direito humano a uma alimentação adequada e saudável. Além de melhorar o acesso físico a produtos in natura, Gisele pontua que é preciso criar condições para que sejam mais baratos e que a população, principalmente a mais vulnerável, tenha acesso assegurado a esses itens. Por exemplo, a produção de alimentos nas cidades e em seus entornos pode favorecer circuitos mais curtos de produção e abastecimento, reduzindo perdas, desperdícios e custos. “A ação articulada entre Poder Público e sociedade civil é central para o enfrentamento dessa situação”, defende.

Desertos e pântanos alimentares não são fenômenos exclusivos de países com desigualdades sociais profundas como o Brasil — e nações de diferentes perfis têm desenvolvido estratégias inovadoras para lidar com a queda de qualidade da alimentação de suas populações. As iniciativas vão desde o fortalecimento dos

sistemas alimentares locais até legislações rigorosas voltadas para a regulação do consumo de ultraprocessados.

Nos Estados Unidos, por exemplo, o programa governamental Healthy Food Financing Initiative (HFFI) combina incentivos fiscais, crédito subsidiado e apoio técnico à instalação de mercados locais e feiras em bairros de baixa renda. Também surgiram soluções como os mercados móveis (*mobile markets*), que levam frutas e hortaliças a regiões vulneráveis, e o programa Double Up Food Bucks, que dobra o valor do vale-alimentação quando usado para a compra de alimentos frescos.

No Chile, a Lei de Rotulagem e Publicidade de Alimentos, implementada em 2016, é um exemplo de regulação pioneira e eficaz, uma vez que impôs rótulos de advertência frontais em itens com alto teor de açúcar, sódio e gordura; restringiu o marketing direcionado a crianças; e proibiu a venda desses produtos em escolas. Embora os estudos realizados até agora não possam determinar a causalidade, determinando exatamente o que é efeito da lei, fato é que houve uma mudança no comportamento do consumidor, com queda de 23,7% nas vendas de bebidas com rotulagem “alto teor”. “Essas experiências mostram que é possível transformar ambientes alimentares com regulação, incentivo e participação social”, finaliza Mota, do Pacto Contra a Fome.

COMIDA DE VERDADE

Eleito pelo *The Washington Post* como uma das 50 personalidades que mais influenciarão a sociedade em 2025, o epidemiologista Carlos Monteiro, coordenador científico do Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da Universidade de São Paulo (Nupens-USP), criou, em 2009, o conceito de ultraprocessado. O seu argumento – baseado em evidências científicas – é que o grau de processamento e a presença de aditivos nos alimentos afetam a saúde. Os ultraprocessados são associados a mais de 30 doenças.

entrevista MOURA LEITE NETTO

Com a inflação afetando os alimentos in natura, os ultraprocessados ficam ainda mais baratos. Quais medidas sugere para amenizar ou reverter esse quadro?

É fundamental a implementação de políticas públicas que reduzam a desigualdade no acesso e fortaleçam a autonomia alimentar da população. É preciso estimular as agriculturas familiar e agroecológica, por exemplo, além de promover iniciativas que facilitem a comercialização de alimentos saudáveis a preços acessíveis. A aprovação recente da Cesta Básica Nacional, com alíquota zero, promete um impacto positivo sobre a qualidade da alimentação da população brasileira. Além disso, é importante continuar defendendo que ultraprocessados sejam tributados como produtos nocivos à saúde humana e ao meio ambiente.

Em 2019, no *USP Talks*, o senhor citou a frase do escritor, jornalista e professor estadunidense Michael Pollan: “Coma alimentos. Não em excesso. Principalmente plantas”. Como ela se relaciona com o conceito de ultraprocessados?

Os alimentos ultraprocessados são formulações industriais com pouco (ou nenhum) ingrediente integral. São produtos criados para serem hiperpalatáveis, convenientes e altamente lucrativos. Para além da composição desses produtos, consideramos o propósito: não são feitos para alimentar pessoas, mas para gerar lucro para a Indústria.

Há uma quantidade de consumo aceitável de alimentos ultraprocessados ou a orientação é sempre a substituição?

Do ponto de vista da saúde pública, a recomendação é que sejam evitados. E isso está escrito com todas as letras no *Guia Alimentar para a População Brasileira*: “Prefira sempre alimentos in natura, ou minimamente processados, e preparações culinárias no lugar de alimentos ultraprocessados”. Não se trata de moralizar o consumo individual, mas de proteger a coletividade diante de um sistema alimentar que prioriza o lucro, e não a nutrição. A própria noção de “quantidade aceitável” parte de uma lógica equivocada, como se estivéssemos falando de um alimento tradicional que, em excesso, pode fazer mal. Não é esse o caso.

Além dos avisos em embalagens sobre teores de açúcar, sódio e gorduras saturadas, poderia haver uma ação mais contundente contra a indústria dos alimentos processados?

Estamos lidando com produtos que, assim como o cigarro, causam dependência, adoecem milhões e sobrecarregam os sistemas de saúde. A diferença é que, enquanto o tabaco foi corretamente reconhecido como uma ameaça à saúde pública e o tema, abordado por políticas robustas — incluindo restrições à publicidade, aumento de impostos, proibição de patrocínios e campanhas contundentes —, os ultraprocessados ainda são tratados com uma tolerância perigosa. A indústria desses alimentos utiliza as mesmas estratégias da do tabaco, ao minimizar os riscos, financiar estudos para gerar dúvidas, interferir em políticas públicas e investir muito em publicidade. Precisamos encarar isso como uma questão de saúde coletiva e soberania alimentar, o que inclui regular fortemente a publicidade — especialmente aquela dirigida a crianças — e restringir a venda e a distribuição desses produtos em escolas e hospitais.

A versão atualizada do *Guia Alimentar para a População Brasileira* foi usada como base para a criação da nova rotulagem de alimentos e para a proibição de ultraprocessados em escolas. Como os conceitos trazidos no *Guia* são refletidos, de fato, na segurança alimentar da população, não se restringindo ao campo teórico?

O *Guia* vai muito além de um simples documento teórico. A publicação é uma ferramenta fundamental para a promoção de uma alimentação adequada e saudável, com reflexos diretos na segurança alimentar da população. Ainda há muito a ser feito, mas suas orientações já estão concretizadas em políticas públicas que promovem uma alimentação mais saudável, como a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), orientada pelos princípios do *Guia*, defendendo a garantia do direito a uma alimentação sadia e sustentável. Um exemplo claro é a implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que se apoia nos conceitos do *Guia* para garantir refeições saudáveis nas escolas públicas. Leis municipais do Rio de Janeiro e de Niterói, que proíbem a venda e a distribuição de ultraprocessados nas escolas, também são reflexos desses conceitos. A Cesta Básica Nacional, aprovada no âmbito da Reforma Tributária, é totalmente baseada no *Guia*.

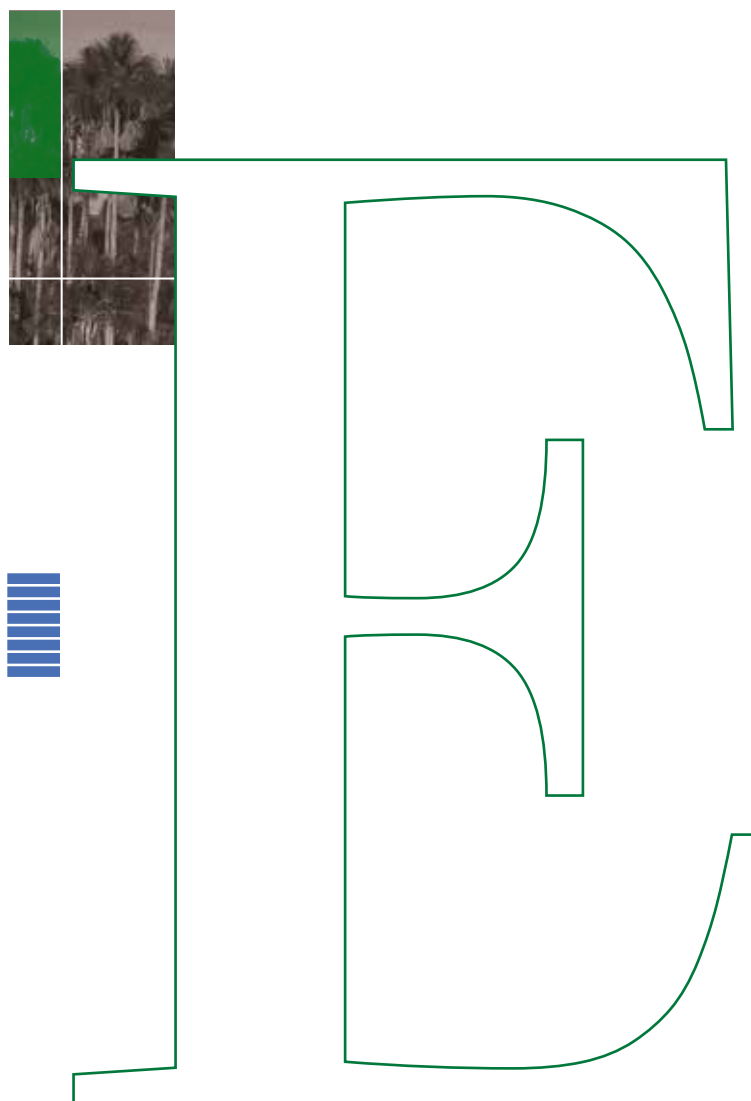
Com os longos deslocamentos entre casa e trabalho, por exemplo, muitas pessoas não desfrutam de tempo de qualidade em casa. Como é possível conciliar as rotinas para cozinhar e, até mesmo, a família sentar-se à mesa para as refeições?

O ato de cozinhar não é uma prática apenas alimentar, mas também cultural e social. No contexto atual, sabemos que os longos deslocamentos e as rotinas de trabalho intensas dificultam a vida de muitas famílias. Contudo, como destaca a nutricionista Patrícia Jaime no artigo “Superar a lógica dos ultraprocessados exige cozinhar mais e debater gênero”, publicado no jornal *Folha de S.Paulo*, cozinhar é um componente essencial para as promoções da saúde e da sustentabilidade, e não pode ser visto apenas como um privilégio. É necessário ter um olhar sobre equidade de gênero — a prática de cozinhar deve ser compartilhada e desmistificada como uma tarefa exclusivamente feminina. A reflexão que Patrícia traz sobre a necessidade de debater gênero dentro dessa lógica é central, pois envolve, além da saúde, a organização da vida doméstica e a justiça social. Ademais, é preciso pensar em políticas públicas que estimulem essa prática, direta ou indiretamente. O fim da escala 6x1, por exemplo, é um caminho para que as pessoas tenham mais tempo para fazer da alimentação saudável uma prioridade.

Foto: Léo Ramos Chaves/Pesquisa Fapesp

A sua atuação como pesquisador, iniciada na década de 1970, trazia um olhar para o problema da desnutrição. Atualmente, uma em cada oito pessoas no mundo vive com obesidade. Os alimentos ultraprocessados podem contribuir para que desnutrição e obesidade, conceitos aparentemente opostos, coexistam?

Sim. Na realidade, a ascensão dos alimentos ultraprocessados nas últimas décadas ajuda a explicar justamente essa coexistência, que é uma das expressões mais visíveis da chamada dupla carga de má nutrição. Os alimentos ultraprocessados são formulações industriais com pouco (ou nenhum) alimento integral, ricos em açúcares livres, gorduras de má qualidade, sal e aditivos. O padrão alimentar baseado em alimentos ultraprocessados está diretamente relacionado ao aumento da obesidade e de doenças crônicas não transmissíveis. No entanto, também pode resultar em deficiências nutricionais, pois esses produtos são pobres em fibras, proteínas, vitaminas e minerais. Isso significa que é possível — e, infelizmente, cada vez mais comum — que uma mesma pessoa ou comunidade esteja exposta simultaneamente à obesidade e à desnutrição. Esse fenômeno não é apenas uma aparente contradição, revelando os efeitos estruturais de sistemas alimentares que priorizam as lógicas industrial e comercial em detrimento da saúde pública e da alimentação adequada.



Diálogos improváveis

OS APRENDIZADOS DA SEMANA DO CLIMA DA AMAZÔNIA COMO ESPAÇO DE ESCUTA, PARTICIPAÇÃO E CONSTRUÇÃO COLETIVA

Em julho deste ano, a capital do Pará, Belém, recebeu a I Semana do Clima da Amazônia, uma iniciativa inédita dedicada à escuta e ao debate acerca das soluções climáticas construídas com (e para) os povos da região amazônica. Como parte das atividades que antecedem a 30ª Conferência sobre Mudanças Climáticas (COP30) da Organização das Nações Unidas (ONU), que será realizada em novembro na mesma cidade, a Semana contou com cerca de 30 eventos autogerenciados, isto é, organizados por instituições da sociedade civil, movimentos sociais, Poder Público, universidades e lideranças locais. O resultado foi um espaço plural de escuta e mobilização que conectou saberes tradicionais, ciência e políticas públicas.

A essência da Semana era estimular diálogos improváveis entre atores que nem sempre estão sentados à mesma mesa. E deu certo! Essa primeira edição — que deve se tornar anual — promoveu trocas essenciais sobre os papéis social e ambiental das empresas com relação aos territórios onde atuam, habitados muitas vezes por povos tradicionais que devem ser respeitados.

Dessas dezenas de painéis e encontros, surgiram desafios e oportunidades de aproximação entre negócios e territórios. No entanto, ainda persiste a dificuldade de diálogo entre empresas e comunidades locais. José Ivanildo Brilhante, diretor financeiro da Executiva Nacional do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), ilustrou bem essa questão, destacando como práticas empresariais ainda fragmentam os territórios tradicionais, impondo ritmos diferentes às comunidades. Essa realidade revela a persistência de uma lógica colonial, com decisões que desconsideram contextos locais, o que exige das companhias escuta ativa, adaptação e respeito para que a sua atuação seja legítima e alinhada com os interesses comunitários.

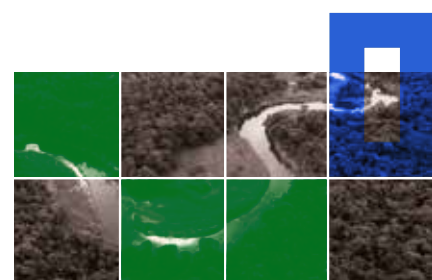
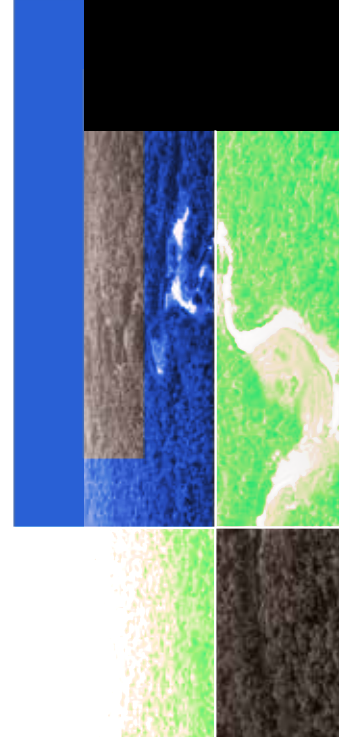


Ilustração: Débora Faria



Por outro lado, o evento deu visibilidade às iniciativas do setor corporativo que vêm avançando no reconhecimento de seus impactos socioambientais e na busca por soluções em diálogo com os territórios. A disposição de algumas organizações para aproximarem-se diretamente das comunidades, evitando o uso de intermediários, foi um dos sinais mais promissores. Esses esforços indicam a construção de um oásis de boas práticas e a possibilidade de superação de barreiras.

Os fortalecimentos da transparência e da participação social nas decisões que afetam o meio ambiente tornaram-se um tema transversal. A ratificação do Acordo de Escazú, tratado internacional que garante o acesso à informação, à participação pública e à justiça em temas ambientais, foi apontada como um passo essencial para consolidar uma governança ambiental democrática na América Latina e no Caribe.

Num contexto em que o Brasil sediará a COP30 em poucos meses, e diante da crescente complexidade dos crimes ambientais e seus efeitos socioeconômicos e institucionais — exemplo disso é a recente votação no Congresso do Projeto de Lei (PL) 2.159/2021, que fragiliza o licenciamento ambiental no País —, o Acordo de Escazú é estratégico para o fortalecimento da governança ambiental na proteção dos que atuam em sua defesa, bem como para a consolidação de uma agenda de desenvolvimento sustentável pautada pela justiça, pela cooperação regional e pela paz social nos territórios.

A integração entre transparência pública e responsabilidade corporativa na disponibilização de dados ambientais, confiáveis e acessíveis às pessoas, e o estímulo à participação ativa da sociedade civil — na formulação, no monitoramento e no controle de políticas públicas ambientais — são alguns dos pontos defendidos e que convergiram também nas trocas realizadas na Semana do Clima.

Conscientes do papel transformador que o setor empresarial pode exercer, as discussões enfatizaram a urgência de práticas corporativas que vão além da mitigação de danos, incorporando também esforços consistentes de adaptação às mudanças climáticas e avançando para modelos de regeneração e integração com o ecossistema local. Essa conjuntura demanda, por parte das companhias, não só compromissos públicos, mas também ações com lastro territorial, propósito legítimo e respeito às diversidades socioculturais.

A I Semana do Clima da Amazônia representou um avanço relevante na consolidação de uma cultura de diálogo. Contudo, os aprendizados apontam para a necessidade de continuidade, ampliação e qualificação desses espaços. A inclusão de novos públicos, o fortalecimento da escuta e o compromisso com a justiça climática devem guiar os próximos passos.

Ainda em 2025, o Instituto Ethos promoverá a 26ª edição da Conferência Ethos, um espaço de referência para a promoção do desenvolvimento sustentável e para a construção de alianças entre os diversos setores. Além de temas transversais sobre o clima, o evento também contará com um painel sobre a responsabilidade corporativa com o desenvolvimento sustentável nos territórios, com o objetivo de aprofundar reflexões, dar visibilidade a experiências concretas e fortalecer a participação social na agenda climática.

Organizações comprometidas em promover integridade socioambiental precisam estar abertas à escuta e à realização de ações coordenadas entre todos os atores. Para isso, será necessário reconfigurar os modos de atuação, os sistemas de governança e os modelos de desenvolvimento que historicamente têm aprofundado desigualdades. A Semana do Clima da Amazônia foi um passo importante nessa direção. Que nas próximas oportunidades haja ainda mais comprometimento com o presente e com o futuro, unindo desenvolvimento, justiça climática, bem-estar coletivo e sustentabilidade a longo prazo.



CAIO MAGRI
E PATRÍCIA
GARRIDO,
*respectivamente,
diretor-presidente
e líder de Projetos
e Serviços do
Instituto Ethos*



PB



texto DIMALICE NUNES

Para ler

UMA HISTÓRIA DA VELHICE NO BRASIL

Mary Del Priore — Ed. Vestigio



O que é envelhecer hoje? Como era há dois ou três séculos? Das tradições indígenas aos obstáculos contemporâneos do envelhecimento da população; dos avanços da medicina ao que diz as religiões, a obra da renomada historiadora Mary Del Priore se propõe a desconstruir mitos, expor preconceitos e dar voz a histórias esquecidas de homens e mulheres que desafiaram o tempo. O livro mostra como idosos já foram símbolos de sabedoria e respeito — mas também de abandono e exclusão — e como essas percepções são moldadas por valores sociais, políticos e econômicos. Para além de um estudo histórico, a obra provoca reflexões urgentes: como lidamos, hoje, com os nossos velhos? O que a história tem a nos ensinar sobre envelhecer com dignidade?

Para ler (e saborear)

GUIA MAPA DA CACHAÇA

Felipe P. C. Jannuzzi — Senac



Você sabe identificar uma cachaça realmente boa? Para responder a essa pergunta, especialistas se uniram e avaliaram mais de 200 rótulos da bebida que representam diversas escolas de produção e *terroirs* brasileiros — todos cuidadosamente degustados, analisados e classificados. O resultado é um livro que destaca as qualidades únicas do destilado *made in Brazil*, que mostra todo o processo em detalhes, incluindo as histórias dos principais produtores e fichas técnicas das bebidas avaliadas, com informações sobre aparência, aromas, paladar, corpo, sensações, retrogosto e sugestões de harmonização. O objetivo, além de aprimorar o conhecimento de profissionais, é inspirar consumidores a apreciar a cachaça como um patrimônio nacional.

Para ler

EDUCAÇÃO SENTIMENTAL DO VAMPIRO

Dalton Trevisan — Todavia



O “Vampiro de Curitiba”, como ficou conhecido Dalton Trevisan, faleceu no ano passado. Em 2025, quando o autor completaria cem anos, o diretor e dramaturgo Felipe Hirsch e o escritor e tradutor Caetano Galindo se debruçam sobre a obra do escritor paranaense para lançar uma nova antologia de contos. Um passeio pela obra de Trevisan (por seus temas e obsessões) e um vislumbre das mudanças de estilo e ponto de vista do autor ao longo dos anos. A cidade, o sexo, a violência, a graça e o absurdo da vida marcam presença ao longo das 200 páginas do volume. Para marcar o centenário, a Todavia também prepara novas edições de títulos como *O beijo na nuca* e o clássico *O vampiro de Curitiba* — uma chance de conhecer, ou reconhecer, o rico universo do escritor.

Para ouvir

DISCOGRAFIA BRASILEIRA

Instituto Moreira Salles (IMS)

O IMS disponibilizou mais de 6 mil gravações da música brasileira em domínio público para download gratuito. Obras de nomes como Chiquinha Gonzaga, Noel Rosa e Ernesto Nazareth passaram a integrar a plataforma Discografia Brasileira, que mapeia fonogramas registrados entre 1902 e 1964 e já soma quase 47 mil áudios digitalizados. Com selos como Phoenix, Faulhaber e Casa Edison, o projeto revela os primórdios da indústria fonográfica, pesquisadores e curiosos também podem acessar uma série de e-books com conteúdo histórico e imagens raras. **Acesse pelo código QR.**



VOCÊ JÁ RECEBEU UMA CARTA?

Como pesquisador de arquivos e correspondências entre escritores e intelectuais, estou muito acostumado a manusear o objeto “carta — afinal, já são 25 anos inteiramente devotados à pesquisa no âmbito da epistolografia, ciência literária que investiga e problematiza epístolas e outras variantes do chamado gênero epistolar. Todavia, há muitos anos que eu não recebia uma carta manuscrita, enviada e postada para mim. Tal foi o meu assombro quando, dias atrás, recebi uma missiva para mim, escrita e pensada para mim, o que me leva a lhe perguntar, caro leitor: você já recebeu uma carta?

Pode parecer uma pergunta um pouco sem nexo, mas que tem sentido! Ainda mais se pensarmos que a atual geração — virtualizada e eletrônica por natureza — certamente nunca viu uma carta, nunca provou a sensação única e maravilhosa de ficar esperando o carteiro passar e entregar as nossas correspondências. Mais do que isso, a expectativa da resposta, a ânsia de receber alguma informação do amigo, da paixão, do familiar distante. Com a carta, não chegavam apenas informações e notícias, mas também o próprio remetente “se enviava”, ou seja, era comum recebermos cartas perfumadas, beijadas com marcas de batom, recortadas, com desenhos, colagens e outras formas de presença e marcas do remetente.

A carta que recebi foi enviada por um aluno do doutorado em História da Universidade de São Paulo (USP). Ele comprou e leu o meu livro *Correspondência Mário de Andrade & Alceu Amoroso Lima* (Edusp, 2018), que apresenta 76 correspondências inéditas trocadas entre o autor de *Macunaima* e o grande crítico literário e pensador católico. Meu leitor e remetente empolgou-se com essas missivas, que mostram um Mário de Andrade atormentado com dúvidas religiosas e existenciais, as quais são partilhadas com Alceu Amoroso Lima, que acolhe e tenta amenizar a dor que Mário sentia em sua alma: este último era católico de coração, mas, a despeito da crença em Deus, tinha uma verdadeira aversão pela Igreja Católica enquanto instituição.

Meu leitor e remetente escreveu uma bela e longa carta com as impressões causadas pela leitura desse

meu livro, mas, sem saber o meu endereço postal, enviou-a à editora, que logo encaminhou-me. Recebi-a com imensa surpresa e li essa missiva umas dez vezes seguidas, pois, a cada leitura, uma série de sentimentos e sensações eram despertados — uma total nostalgia de um passado um tanto recente, quando era comum recebermos cartas dos nossos amigos e familiares. Pessoalmente, além de pesquisador do gênero epistolar, também fui um bom epistológrafo, isto é, um escritor de cartas. Fui membro de vários clubes de amizades por correspondência. O meu nome e o meu endereço foram publicados em diversas revistas desses tais clubes, o que me proporcionou grandes amizades que duram até hoje em dia, mais de 30 anos depois!

Tentei colocar-me no lugar dos escritores brasileiros cujos epistolários eu já havia pesquisado e publicado a respeito: Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Murilo Mendes, Jorge de Lima, Carlos Drummond de Andrade, Alceu Amoroso Lima, José Américo de Almeida, Paulo Francis, Frei Betto, Leonardo Boff e tantos outros. Como foi para eles receber e enviar cartas? Como era pensar por meio das linhas de folhas, de papéis às vezes timbrados ou simplesmente um telegrama? Aliás, meu caro leitor, você já ouviu falar em telegrama, aerograma e cartões postal e aerpostal? São as várias tipologias textuais que compunham o intrincado sistema postal que, durante tantos anos, proporcionou a comunicação entre as pessoas que estavam distantes entre si.

Toda carta precisa de uma resposta, pois quem a envia o faz já pensando em também receber resposta. Respondi. Segui toda a liturgia da epistolografia: escrevi o texto, revisei, passei a limpo, envelopei, fui à agência dos Correios, selei, postei e rezei para que não se perdesse e chegasse até o meu destinatário. O assunto? É segredo, pois este é parte dessa mística epistolar que garante a inviolabilidade da amizade entre remetente e destinatário e do mundo de informações e sensações compartilhadas via Correios e Telégrafos — e, afinal, você sabe o que é um telégrafo?



LEANDRO GARCIA,
professor na
Faculdade
de Letras da
Universidade
Federal de Minas
Gerais (UFMG)
e presidente
da Academia
Petroropolitana de
Letras (APL)

&

50 ANOS SEM VLADO

EM 25 DE OUTUBRO DE 1975, UM SÁBADO, O JORNALISTA VLADIMIR HERZOG APRESENTOU-SE, ÀS 8 HORAS, AO DESTACAMENTO DE OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO DO CENTRO DE OPERAÇÕES DE DEFESA INTERNA (DOI-CODI) DO II EXÉRCITO, NA CAPITAL PAULISTA. NA NOITE ANTERIOR, PROMETERA AOS AGENTES QUE FORAM PRENDÊ-LO NA TV CULTURA, ONDE ERA DIRETOR DE JORNALISMO, QUE PRESTARIA DEPOIMENTO DE LIVRE E ESPONTÂNEA VONTADE NA MANHÃ SEGUINTE. O DESFECHO TRÁGICO MARCOU A HISTÓRIA DA REPRESSÃO DA DITADURA BRASILEIRA, NO PERÍODO CONHECIDO COMO “ANOS DE CHUMBO”.

texto HERBERT CARVALHO



Fotos: Arquivo Instituto Vladimir Herzog

Vlado, como era conhecido o jornalista Vladimir Herzog, já sabia que, desde janeiro daquele ano, dezenas de pessoas — em especial jornalistas — estavam sendo presas sob suspeita de vinculação com o então ilegal Partido Comunista Brasileiro (PCB). Apesar disso, optou por não fugir: nascido na atual Croácia, no seio de uma família judaica que imigrara para o Brasil para escapar dos nazistas, confiava nas instituições do país cuja nacionalidade havia adotado.

Submetido a sessões de torturas com choques elétricos, não resistiu — e algumas horas após a sua chegada ao DOI-Codi, estava morto. Na versão dos militares, enforcou-se em sua cela com uma tira de pano, “a cinta do macacão que o preso usava”. Uma falsificação grotesca, já que o cinto havia sido retirado junto com os cordões dos sapatos. A foto divulgada mostra o corpo pendurado pelo pescoço a uma grade, com as pernas curvadas e os pés no chão, posição inviável para um enforcamento.

Esses detalhes, entretanto, não incomodavam aqueles habituados a torturar, matar e apresentar atestados fajutos, como o assinado pelo médico legista Arildo de Toledo Viana,

apontando “asfixia mecânica” como a causa da morte de Herzog. Somente em 2013 que o documento foi retificado, estabelecendo que “lesões e maus-tratos” provocaram o óbito.

SUICIDADOS POLÍTICOS

Na folha corrida dos crimes praticados nos porões da ditadura, aquele representava o 38º caso oficialmente registrado como suicídio, sendo o jornalista a 18ª pessoa detida a ser encontrada enforcada. Em oito casos anteriores, os enforcados também tinham os pés no chão; e em dois deles, os presos teriam morrido sentados. De acordo com a praxe do regime, o cadáver seria logo esquecido após um enterro silencioso, realizado pelas famílias amedrontadas, que nem sequer tinham coragem para abrir os caixões lacrados.

Daquela vez, porém, foi diferente. A viúva, Clarice Herzog, marcou o enterro para segunda-feira e decidiu que o marido seria velado no domingo. Ao velório, no Hospital Albert Einstein, compareceram o cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, e o senador Franco Montoro. Trezentos automóveis seguiram o cortejo fúnebre até o Cemitério Israelita do Butantã, onde o rabino Henry Sobel definiu que o corpo fosse enterrado na área central, com todas as honras — e não na periferia, como determina a lei judaica para os que tiram a própria vida, como forma de condenar o pecado do suicídio.

De acordo com Elio Gaspari, no livro *A ditadura encurralada*, ouviram-se dois rápidos discursos da atriz Ruth Escobar, indagando “até quando vamos suportar tanta violência?”, e do presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, Audálio Dantas, que recitou um trecho do poema *Navio negreiro*, de Castro Alves:



“Senhor Deus dos desgraçados!
Dizei-me Vós, Senhor Deus!
Se é loucura... se é verdade
Tanto horror perante os céus?!”.

LUTA PELA LIBERDADE

Herzog tinha 38 anos, deixou mulher e dois filhos e tornou-se um mártir, “símbolo da luta pela democracia, pela liberdade, pela justiça”, nas palavras do jornalista Sérgio Gomes, um dos presos políticos da época. No dia 31 de outubro de 1975, na Catedral da Sé, um culto ecumênico foi celebrado por Dom Paulo, pelo rabino Sobel e pelo pastor presbiteriano Jaime Wright, com a presença de mais de 8 mil pessoas, dentre elas personalidades como o filósofo francês Michel Foucault, cujas aulas na Universidade de São Paulo (USP) foram interrompidas pela greve dos alunos.

A onda de protestos, inédita desde 1968, ganhou a imprensa mundial e desencadeou uma campanha internacional em prol dos direitos humanos na América Latina, tornando o fim do regime militar uma questão de tempo. Deslocou, também, a favor do governo do general Ernesto Geisel, a balança do poder contra os militares da linha dura, que se opunham a qualquer movimento de redemocratização do País. Quando outra morte ocorreu em circunstâncias semelhantes, a do operário Manuel Fiel Filho, em janeiro de 1976, Geisel demitiu o comandante do II Exército, o general Ednardo D’Ávila Mello. Em 1977, defenestrou o ministro da Guerra, o general Sylvio Frota, abrindo caminho para a revogação do Ato Institucional 5 (AI-5) no ano seguinte.

LEGADO QUE FICA

Duas iniciativas preservam a memória e o legado de Herzog — o Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, atribuído desde 1979, e o Instituto Vladimir Herzog (IVH), criado em 2009 para “fomentar a cultura,

a paz, a cidadania e o respeito à diversidade e à dignidade humana”.

Em 2010, o Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou pedido da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) por uma revisão na Lei da Anistia de 1979, com o objetivo de anular o perdão dado aos representantes do Estado — policiais e militares — acusados da prática de tortura durante a ditadura. Já a Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o Brasil, em 2018, por negligência na investigação do assassinato de Herzog.

Neste cinquentenário da morte do jornalista, contudo, reparações estão sendo feitas. A Advocacia-Geral da União (AGU) firmou um acordo com a família de Herzog, que prevê o pagamento de R\$ 3 milhões a título de danos morais, acompanhado por desculpas públicas. “Estamos falando de uma mudança muito profunda de um Estado algoz, que está vindo aqui pedir desculpas por toda a barbaridade”, ressaltou o ministro Jorge Messias, advogado-geral da União, em junho.

Em outra vertente, o STF está analisando, desde fevereiro, o crime permanente de ocultação de cadáver, que se prolonga no tempo e não estaria no escopo da Lei de Anistia. De acordo com Flávio Dino, ministro do Supremo, a questão tem grandes impactos social e histórico, pois envolve a memória e a responsabilização pelos crimes cometidos. Também se relaciona com “a conclusão milenar sobre um direito natural de pais e mães velarem e enterrarem dignamente seus filhos, que se estende aos descendentes”, afirmou. Ainda não há uma data para o julgamento, mas a expectativa é que ocorra em breve.

&

- 1964 — ATO INSTITUCIONAL CASSA 40 MANDATOS. NÃO TEM NÚMERO, POIS SUPOSTAMENTE SERIA O ÚNICO.
- 1965 — AI-2 DISSOLVE OS PARTIDOS POLÍTICOS E TORNA INDIRETA A ELEIÇÃO PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA.
- 1966 — AI-3 AMPLIA ELEIÇÕES INDIRETAS PARA GOVERNADORES, EM FEVEREIRO. AI-4 CONVOCA O CONGRESSO PARA VOTAR UMA NOVA CONSTITUIÇÃO.
- 1967 — PROMULGADA NOVA CONSTITUIÇÃO, QUE BUSCA LEGITIMAR O REGIME VIGENTE DESDE 1964.
- 1968 — AI-5 INAUGURA OS “ANOS DE CHUMBO” E CONFERE PODERES ABSOLUTOS AO GOVERNO, SUSPENDENDO DIREITOS, GARANTIAS INDIVIDUAIS E *HABEAS CORPUS* INSTAURANDO A CENSURA.
- 1969 — JUNTA MILITAR ASSUME O PODER E PROMULGA OUTRA CONSTITUIÇÃO, QUE VIGORA ATÉ 1988.
- 1972 — ANISTIA INTERNACIONAL DIVULGA LISTA COM NOMES DE 472 TORTURADORES E 1.081 TORTURADOS.
- 1974 — GENERAL ERNESTO GEISEL ASSUME A PRESIDÊNCIA E ANUNCIA DISTENSÃO “LENTA, GRADATIVA E SEGURA”.
- 1975 — ONDA DE PRISÕES DE MILITANTES DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB). MORTE DE VLADIMIR HERZOG SOB TORTURA NO DOI-CODI.
- 1977 — PACOTE DE ABRIL FECHA NOVAMENTE O CONGRESSO E CRIA O SENADOR BIÔNICO, NOMEADO PELO GOVERNO. GEISEL DEMITE O MINISTRO DO EXÉRCITO, GENERAL SYLVIO FROTA, LÍDER DA LINHA DURA, CONTRÁRIA À REDEMOCRATIZAÇÃO.
- 1978 — JUSTIÇA FEDERAL RESPONSABILIZA A UNIÃO PELA MORTE DE HERZOG. AI-5 É REVOGADO.
- 1979 — JOÃO FIGUEIREDO, ÚLTIMO GENERAL-PRESIDENTE, PROMOVE ABERTURA E CONCILIAÇÃO; VOLTA DOS EXILADOS E ANISTIA AOS PRESOS POLÍTICOS, QUE BENEFICIA TAMBÉM TORTURADORES, JAMÁIS RESPONSABILIZADOS PELOS SEUS CRIMES.

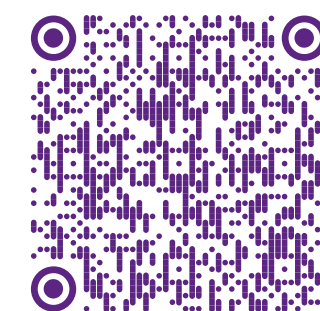


A **ciência**
transforma
a **sociedade**.

Fortaleça
decisões,
impacte
vidas.

'bori'

soluções para um conhecimento
científico acessível



abori.com.br

#É ASSIM QUE A GENTE FAZ!

EMPREENDEDOR, O SEU SINDICATO FAZ O QUE VOCÊ PRECISA!

Sim! Você sempre pode contar com o apoio do seu Sindicato Empresarial.

Nas negociações coletivas, nos produtos e serviços que fazem a diferença (com as melhores condições)...

... E na orientação, nos materiais com dicas sobre os temas que afetam os seus negócios e em muitos outros momentos do dia a dia.

Quer saber mais? Contate o Sindicato Empresarial do seu setor e da sua região.



REPRESENTA MUITO PARA VOCÊ REPRESENTA MUITO PARA VOCÊ REPRESENTA MUITO PARA VOCÊ